

F
338.2728
P497
1966

EO BRASILEIRO S.A./PETROBRÁS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1966





**PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. / PETROBRÁS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES / 1966**

U947
P497

EDITADO PELO SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PETROBRÁS
AVENIDA RIO BRANCO 109 - 4º ANDAR - RIO DE JANEIRO - BRASIL

PETROBRÁS / IMAGENS DE 1966

PETROBRÁS/ FOTO 1 IMAGENS DE 1966

No âmbito da exploração, um ponto alto das atividades da Petrobrás, em 1966, foi a constatação da existência de petróleo em Barreirinhas.

FOTO 2

Descoberto em 1965, Miranga experimentou rápido desenvolvimento em 1966, tornando-se, assim, o maior campo produtor do Recôncavo Baiano.

FOTO 3

O campo de Carmópolis começou a produzir comercialmente no fim do ano, contribuindo para o cumprimento da meta dos 150 mil barris diários.

FOTO 4

Em Madre de Deus, na Bahia, foi inaugurada uma unidade de asfalto, ligada à Refinaria Landulpho Alves, com capacidade para 90 mil t anuais.

FOTO 5

No mês de junho foi inaugurada a Fábrica de Asfalto de Fortaleza, Ceará, com uma capacidade de produção de noventa mil toneladas anuais.

FOTO 6

Antes totalmente importado, o querosene especial para aeronaves a jato começou a ser produzido, em 1966, pela Refinaria Duque de Caxias.

FOTO 7

Prosseguiu a construção de novas e importantes unidades na Refinaria Presidente Bernardes, cuja entrada em operação ocorrerá em 1967.

FOTO 8

Continuaram em ritmo acelerado, durante todo o ano, as obras de construção da Refinaria Gabriel Passos, nas imediações de Belo Horizonte.

FOTO 9

Eis como se apresentava, em dezembro de 1966, a Refinaria Alberto Pasqualini, em construção nas vizinhanças da capital do Rio Grande do Sul.

FOTO 10

No fim do ano, a nova unidade de butadieno da Fábrica de Borracha Sintética da Petrobrás, no Estado do Rio, entrou em fase de pré-operação.

FOTO 11

Teve continuidade o trabalho de construção da Usina Protótipo do Irati, no Paraná, destinada ao aproveitamento do xisto daquele Estado.

FOTO 12

Quatro novos navios-tanques, de 10 500 toneladas cada, foram incorporados à Frota Nacional de Petroleiros. *Buracica* é o nome de um deles.

FOTO 13

Inaugurado em maio de 1966, o Oleoduto Rio-Belo Horizonte fez baixar os preços de combustíveis em Minas, beneficiando a economia local.

FOTO 14

Várias obras foram executadas no *Temadre*, entre elas nova casa de bombas e caldeiras, proporcionando maior eficiência àquele terminal.

FOTO 15

A construção de um oleoduto de meia centena de quilômetros e de um terminal na costa sergipana, permitiu o escoamento do óleo de Carmópolis.

FOTO 16

Alcançaram estágio avançado as obras de construção do Terminal Marítimo Almirante Barroso, que irá abastecer a Refinaria Pres. Bernardes.

FOTO 17

Em Betim, Estado de Minas Gerais, nas proximidades de Belo Horizonte, foi inaugurada a primeira grande base de distribuição da Petrobrás.

FOTO 18

Dezenas de postos de abastecimento e serviços, ostentando o losango da Petrobrás, surgiram, em 1966, em vários pontos do território nacional.



FOTO 1

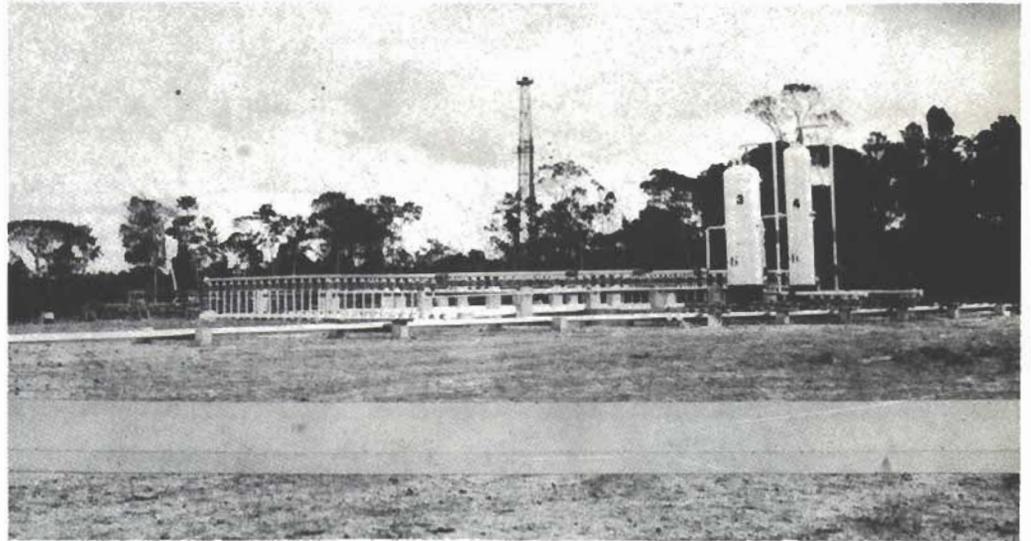


FOTO 2

FOTO 3



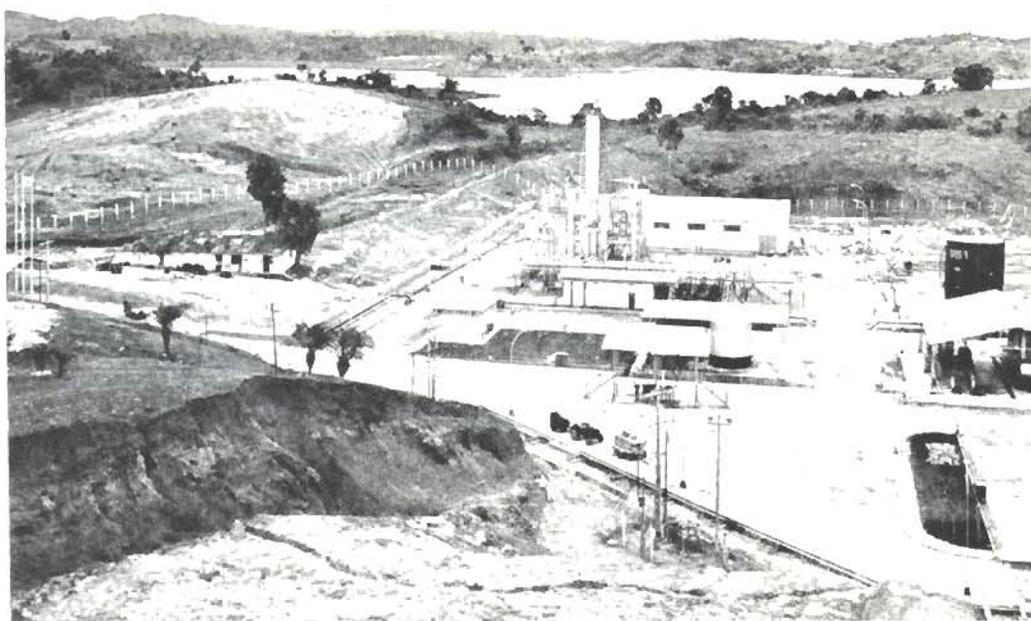
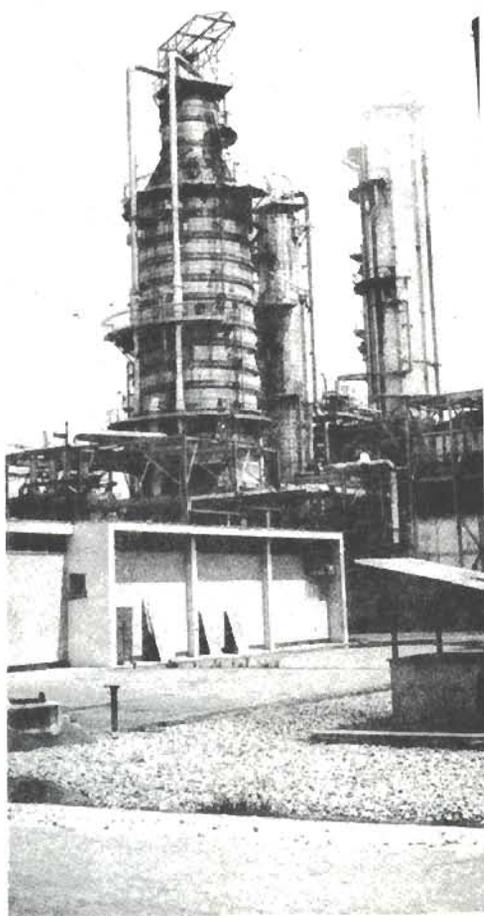
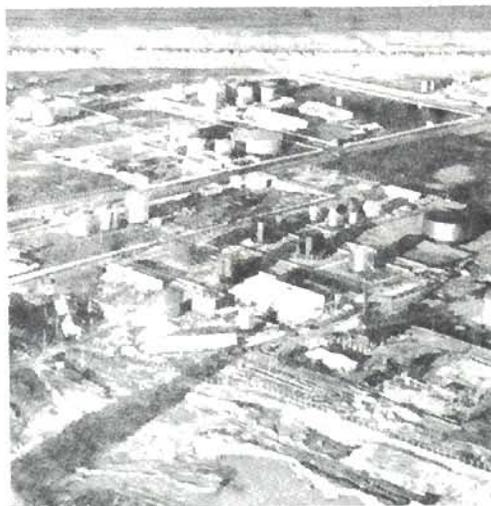


FOTO 4

FOTO 6

FOTO 5



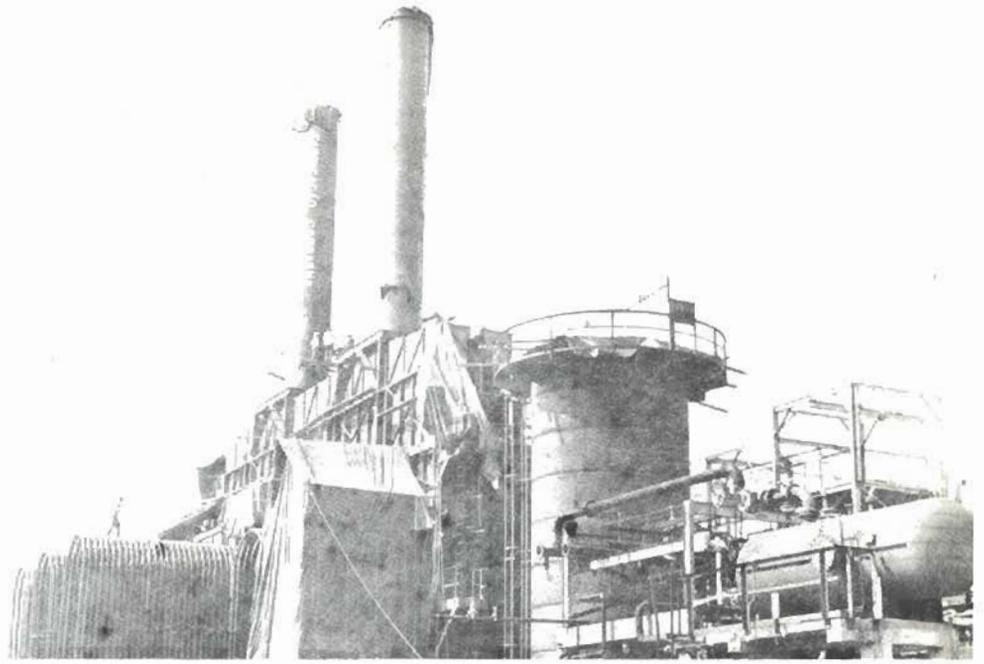


FOTO 7

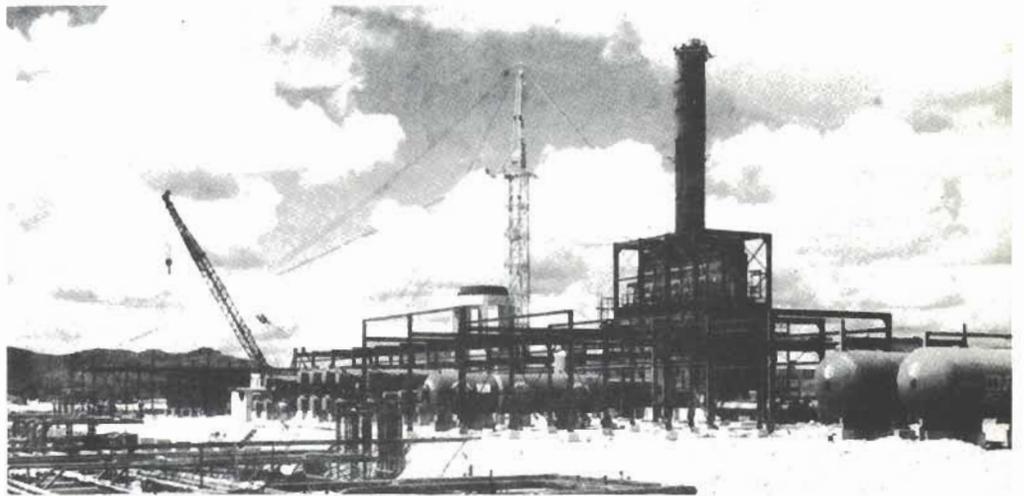


FOTO 8

FOTO 9

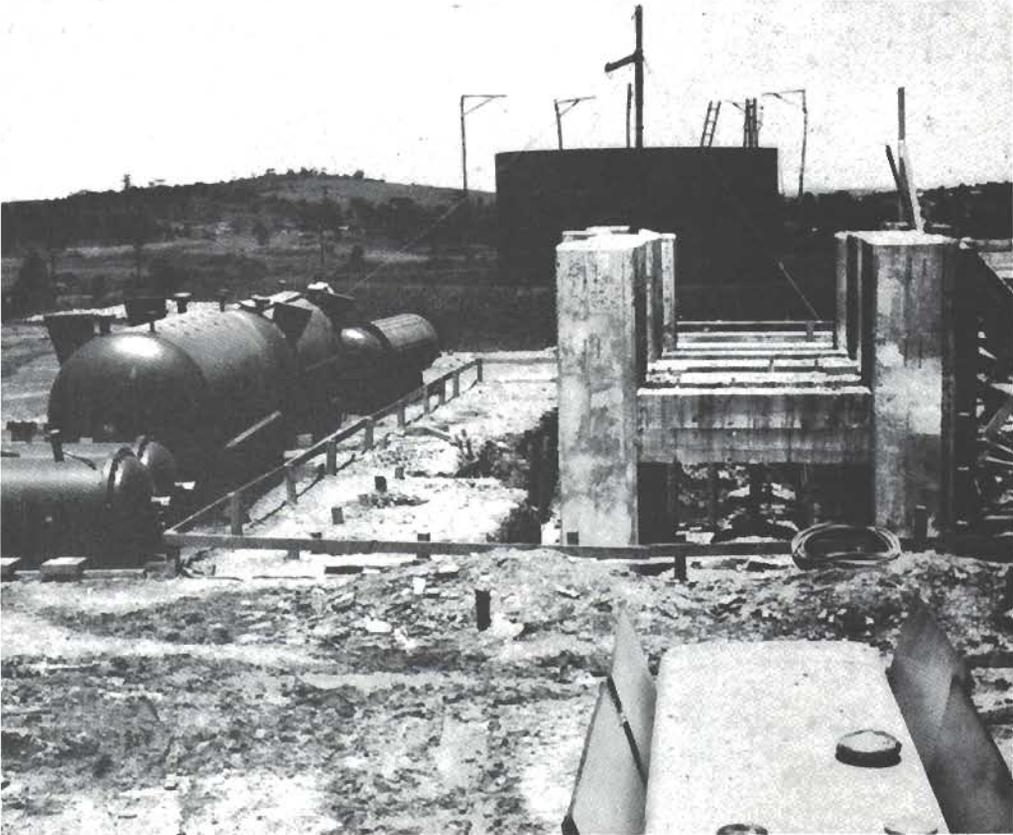




FOTO 10
FOTO 11



FOTO 12



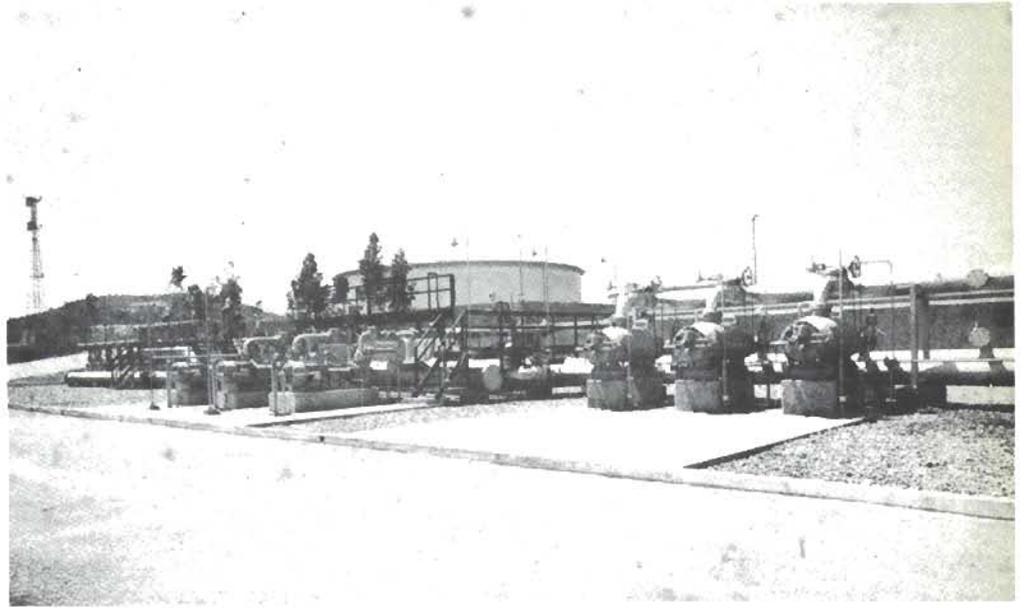
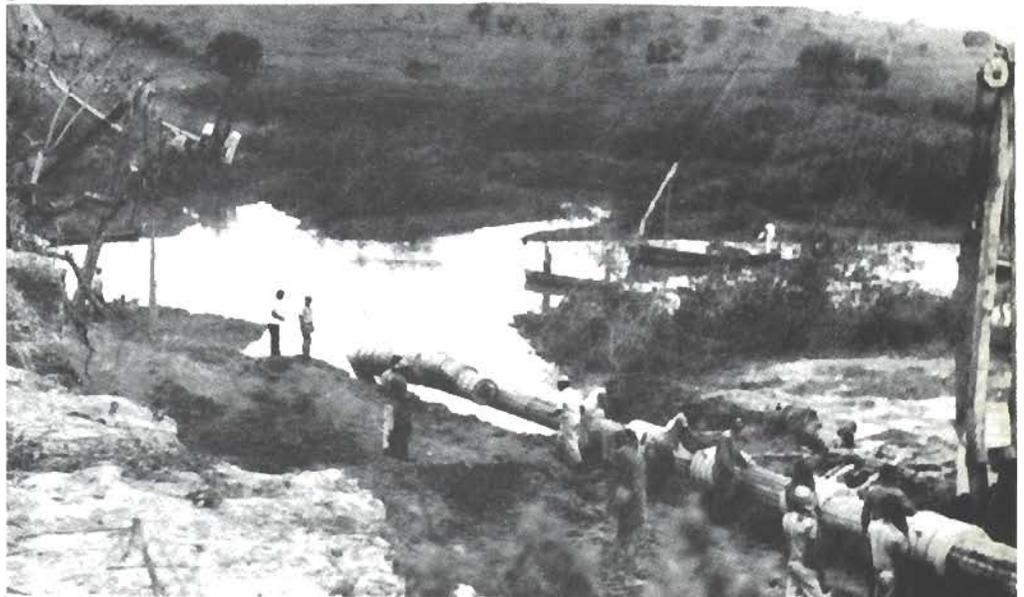


FOTO 13



FOTO 14

FOTO 15



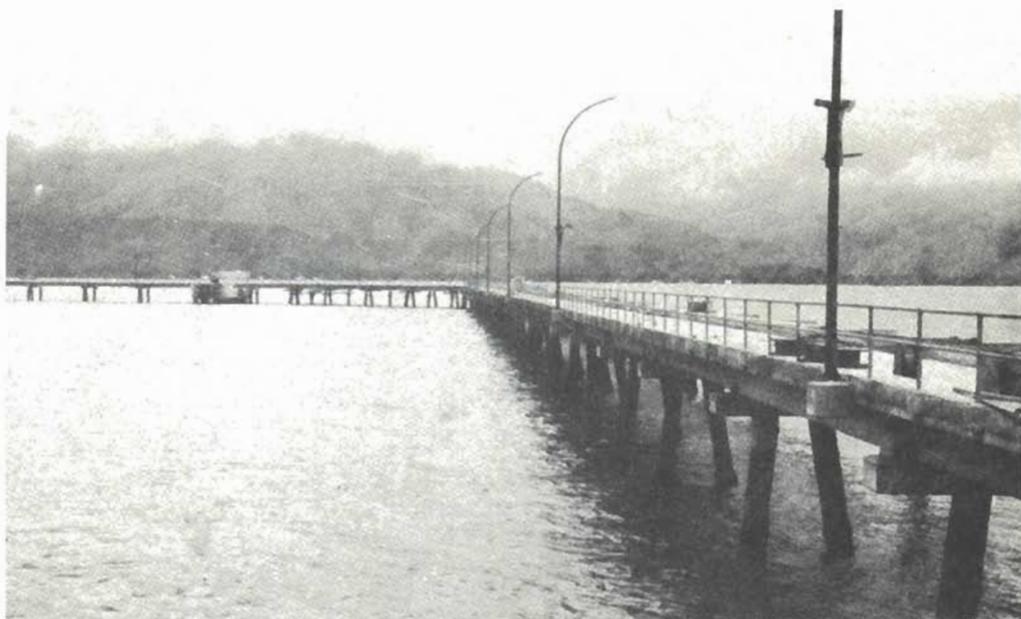


FOTO 16



FOTO 17

FOTO 18



SENHORES ACIONISTAS

O Conselho de Administração tem a elevada honra de submeter à esclarecida apreciação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, o Relatório das Atividades da PETROBRÁS, bem como o Balanço e a Conta de Resultados, correspondentes ao ano de 1966.

Nos capítulos que se seguem torna-se evidente que se prosseguiu, em 1966, num rigoroso esforço, objetivando alcançar as metas colimadas para o êxito empresarial da PETROBRÁS. Cumpre, pois, assinalar que a Empresa trabalhou, em todo o decorrer do ano, dentro de um planejamento cuidadoso e obediente a uma escala de prioridades de investimentos de acôrdo com o nível de recursos disponíveis.

O Conselho de Administração registra ter o Marechal ADEMAR DE QUEIROZ deixado a Presidência da Empresa em meados de 1966, para ocupar o elevado cargo de Ministro da Guerra. Durante sua administração, foi S. Ex.^a. um batalhador incansável tornando-se credor de gran-

de parte dos êxitos alcançados pela Empresa nos últimos três anos. Voltado agora a outras atividades ainda mais relevantes, continua o Marechal ADEMAR DE QUEIROZ devotado aos assuntos da economia nacional do petróleo e aos objetivos da PETROBRÁS.

É de justiça, também, ressaltar e agradecer o grande e permanente apoio que tem dado à PETROBRÁS Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO. Agradece, igualmente, o Conselho de Administração aos Excelentíssimos Senhores MAURO THIBAU, Ministro das Minas e Energia, ao Marechal EMÍLIO MAURELL FILHO, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, e às demais altas Autoridades do País.

Aos empregados da Empresa, que dedicaram seus melhores esforços para a consecução dos êxitos registrados em 1966, presta o Conselho de Administração sua calorosa homenagem.

1

INTRODUÇÃO

A economia mundial do petróleo, no transcorrer de 1966, registrou panorama favorável ao interesse nacional, com resultados positivos na quase totalidade de suas atividades.

O êxito alcançado na pesquisa, com excelentes perspectivas de produção, ampliou, ainda mais, a tendência de excesso da oferta mundial de petróleo em relação à demanda, observada nos últimos anos.

A produção aumentou à razão de 8%, graças, principalmente, aos fortes acréscimos verificados no Oriente Médio, na América do Norte e África. Foi significativa a ampliação das reservas de petróleo. Por outro lado, em face da acirrada concorrência no mercado produtor, prosseguiu declinando o preço internacional do petróleo.

Com o início de operação, nesse ano, de mais de 1,6 milhão de barris por dia, por novas unidades de refinação, atingiu a 35 milhões de barris por dia a capacidade total instalada. Além disso, existem em construção, no momento, diversas refinarias que deverão, em 1969, acrescer de 19% a atual capacidade instalada de refino no mundo.

Deve ressaltar-se, ainda, o progresso obtido no campo da tecnologia, através

do elevado número de aperfeiçoamentos, destacando-se os equipamentos destinados aos trabalhos de exploração, perfuração e produção em plataforma submarina, o que, a médio prazo, também poderá trazer benefícios ao Brasil.

No País, o setor petróleo apresentou índices expressivos de crescimento, situando-se em posição de destaque dentro do quadro geral da indústria brasileira, que, no ano findo, retomou seu ritmo acelerado de expansão.

Efetivamente, a execução da política nacional do petróleo, a cargo da PETROBRAS, registrou, em 1966, êxitos marcantes: o valor da produção da Empresa ultrapassou, pela primeira vez, a metade do valor em moeda estrangeira do consumo nacional de combustíveis líquidos e lubrificantes, em que pese o vigoroso crescimento do mercado interno, da ordem de 8% relativamente a 1965; além disso, foi alcançada uma produção recorde de mais de 150 mil barris diários de petróleo na última semana de dezembro, significando um incremento acima de 50%, quando comparado às maiores marcas observadas em dezembro de 1965.

Tais fatos são basicamente resultantes da orientação dada aos trabalhos de exploração no sentido da concentração

A economia mundial do petróleo, no transcorrer de 1966, registrou panorama favorável ao interesse nacional, com resultados positivos na quase totalidade de suas atividades.

O êxito alcançado na pesquisa, com excelentes perspectivas de produção, ampliou, ainda mais, a tendência de excesso da oferta mundial de petróleo em relação à demanda, observada nos últimos anos.

A produção aumentou à razão de 8%, graças, principalmente, aos fortes acréscimos verificados no Oriente Médio, na América do Norte e África. Foi significativa a ampliação das reservas de petróleo. Por outro lado, em face da acirrada concorrência no mercado produtor, prosseguiu declinando o preço internacional do petróleo.

Com o início de operação, nesse ano, de mais de 1,6 milhão de barris por dia, por novas unidades de refinação, atingiu a 35 milhões de barris por dia a capacidade total instalada. Além disso, existem em construção, no momento, diversas refinarias que deverão, em 1969, acrescer de 19% a atual capacidade instalada de refino no mundo.

Deve ressaltar-se, ainda, o progresso obtido no campo da tecnologia, através

do elevado número de aperfeiçoamentos, destacando-se os equipamentos destinados aos trabalhos de exploração, perfuração e produção em plataforma submarina, o que, a médio prazo, também poderá trazer benefícios ao Brasil.

No País, o setor petróleo apresentou índices expressivos de crescimento, situando-se em posição de destaque dentro do quadro geral da indústria brasileira, que, no ano findo, retomou seu ritmo acelerado de expansão.

Efetivamente, a execução da política nacional do petróleo, a cargo da PETROBRÁS, registrou, em 1966, êxitos marcantes: o valor da produção da Empresa ultrapassou, pela primeira vez, a metade do valor em moeda estrangeira do consumo nacional de combustíveis líquidos e lubrificantes, em que pese o vigoroso crescimento do mercado interno, da ordem de 8% relativamente a 1965; além disso, foi alcançada uma produção recorde de mais de 150 mil barris diários de petróleo na última semana de dezembro, significando um incremento acima de 50%, quando comparado às maiores marcas observadas em dezembro de 1965.

Tais fatos são basicamente resultantes da orientação dada aos trabalhos de exploração no sentido da concentração

de esforços nas áreas mais favoráveis, o que possibilitou a identificação de novas áreas com petróleo na Bahia e Sergipe e, pelos testes de produção realizados em Barreirinhas, no Maranhão, permitem antever a existência de outra província petrolífera.

Todavia, do total de aproximadamente 420 bilhões de cruzeiros investidos no ano, outros empreendimentos devem ser lembrados no balanço das realizações da PETROBRÁS em 1966, entre as quais cumpre destacar os seguintes:

a) Conclusão do oleoduto Rio-Belo Horizonte, com capacidade de vazão de 7 140 m³ (45 000 barris) diários de petróleo bruto, para processamento na Refinaria Gabriel Passos, e que, por ora, transfere derivados para Belo Horizonte, até a entrada em operação da mencionada refinaria.

b) Conclusão de duas fábricas de asfalto, uma em Madre de Deus, na Bahia, e outra em Fortaleza, somando 180 mil toneladas anuais do produto, duplicando, assim, a capacidade instalada no País.

c) Incorporação à Frota Nacional de Petroleiros de quatro navios-tanques de 10 500 tdw, cada um, construídos em estaleiros nacionais, de acordo com a po-

lítica de incentivo à indústria naval brasileira.

d) Conclusão da Base de Proveniente de Betim, em Minas Gerais, a primeira base desse tipo inaugurada pela PETROBRÁS e que marca nossa presença na distribuição.

e) Instalação do sistema de oleoduto e terminal provisório de Atalaia Velha, em Sergipe, pelo qual se escoará o petróleo produzido na Região.

Outras informações permitem completar, resumidamente, o quadro da evolução da Empresa em relação a 1965. Assim, a metragem, média de perfuração cresceu de 35%; o volume de produtos refinados 14,5%; a movimentação de cabotagem de 36,2%; a produção de borracha sintética de 35%.

Graças aos aumentos de produção verificados, foi possível à PETROBRÁS cumprir plenamente a determinação básica da política do Governo, enunciada na mensagem presidencial de 1965:

"procurar obter todo o suprimento do petróleo que o nosso desenvolvimento exija, através de forte apoio à expansão da indústria nacional do petróleo, para manter pelo menos estável, em valor absoluto, o dispêndio cambial com a compra externa desse combustível".

No que tange à segunda diretriz de importância contida na mesma mensagem, qual seja — preços internos sem subsídios, com vistas à constituição de um mercado de energia aberto, baseado (1) nos menores preços possíveis, em face das condições do mercado e das exigências do investimento da indústria e (2), na livre escolha, pelos consumidores, das fontes de energia mais convenientes ao atendimento de suas necessidades específicas —, foram dados passos largos, durante todo o ano, no sentido da sua consecução, culminando com o Decreto-Lei n.º 61, de 21 de novembro, que modificou a legislação referente ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos. O referido decreto presidencial alterou substancialmente a estrutura relativa dos preços dos derivados, escoimando-a de artificialismos existentes.

Do ponto de vista orgânico e administrativo, promoveu-se a consolidação da departamentalização da Empresa, de modo a comportar e se antever o sucesso do programa de investimento previsto para o próximo ano, o maior até agora levado a frente pela PETROBRÁS, e que deverá sobrepular o nível de 516 bilhões de cruzeiros.

Encerra-se, assim, o exercício de 1966, sob a perspectiva de alargamento de nossas

atividades, contando a PETROBRÁS, para isso, com o apoio do Governo, que através da nova Lei do Imposto Único, cujos dispositivos dão maior flexibilidade na movimentação dos elementos constitutivos dos recursos, poderá assegurar, à Empresa, em termos reais, os meios adequados à realização dos programas estabelecidos.

A PETROBRÁS, como empreendimento econômico do Estado, está, assim, em condições de enfrentar confiantemente o futuro, lastreada na observância de normas e preceitos estritamente empresariais.

2

**ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO
DO IMPÔSTO ÚNICO**

Baseado nos estudos a que procedeu o Grupo de Trabalho criado por decreto do Presidente da República, com o fim de estudar a revisão da Lei n.º 4 452, de 5 de novembro de 1964, relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis, promulgou o Governo o Decreto-Lei n.º 61, de 21 de novembro de 1966, com vigência a partir de 1 de janeiro de 1967, alterando o critério de formação do preço dos derivados, adotado naquela Lei.

Segundo a sistemática da Lei n.º 4 452/64, o preço dos derivados ao nível da refinaria, bem como o Imposto Único que vai integrá-lo, eram estabelecidos com base no custo CIF médio do petróleo importado. Assim, quando se fazia necessário ajustar o preço dos derivados ao nível da refinaria, implicava, face à mecânica da lei, em aumento simultâneo do Imposto Único, refletindo ambos no preço final ao consumidor.

Objetivando corrigir essa inconveniência, dando maior flexibilidade à programação dos investimentos do Governo no setor petróleo e da infra-estrutura de transportes, foi considerada no Decreto-Lei 61/66 a necessidade de se estabelecerem os preços dos derivados levando-se em conta os custos de produção, a estrutura do mercado nacional de consumo, as relações internacionais dos preços, evidentemente garantindo rentabilidade adequada ao parque refinador nacional, enquanto o Imposto Único passava a ser determinado por percentuais "ad valorem" ao custo CIF médio do petróleo.

A partir dos elementos acima citados, o Decreto-Lei fixa o preço da gasolina tipo A para a refinaria mediante aplicação de pesos, representativos dos itens de custos e rentabilidade. Com base na gasolina, os preços dos demais derivados são então calculados através do fator de relação das cotações internacionais.

Considerando valores de janeiro de 1966, fixou o Decreto-Lei os seguintes pesos para os diversos itens da formação de preço dos derivados nas refinarias: custo de matéria-prima e materiais importados: 74,3%; despesas com pessoal: 9,2%; outros custos variáveis com a conjuntura interna: 12,7% e, remuneração, depreciação e amortização de capital investido: 3,8%.

De acordo com os índices apurados por órgãos do Governo, a expressão monetária desses itens sofrerá reajustamento, em período nunca inferior a três meses, refletindo melhor as variações dos custos internos.

A nova metodologia contida no Decreto-Lei 61/66 garante, assim, maior estabilidade nos recursos gerados pelo parque refinador nacional.

Visando a apuração dos resultados reais das operações de refino, fez-se necessário a exclusão, nos itens que compõem o preço dos derivados no nível da refinaria, da parcela da proteção fiscal e da contribuição para pesquisas, que constituíam recursos para investimentos da PETROBRÁS. Considerando a necessidade de dar flexibilidade aos programas governamentais, eliminando-os das vinculações existentes, estabeleceu o Decreto-Lei, para a determinação do Imposto Único dos derivados, taxas percentuais ao custo CIF do petróleo, capazes de arrecadar recursos suficientes ao cumprimento dos programas de investimentos dos dois setores do Governo.

Desta forma, destina o Decreto-Lei quota de 14,4% que caberá à PETROBRÁS na arrecadação global do tributo, para aumento de seu capital social, nos termos da legislação em vigor.

A nova conceituação em que se fundamentou o Decreto-Lei 61/66, para a formação dos preços dos derivados, inclusive o Imposto Único, vem garantir à PETROBRÁS recursos, em termos reais, pouco superiores aos que eram proporcionados pela legislação anterior.

A presente lei representa importante desafio à capacidade de realização da Empresa, que, em virtude dos avanços obtidos nos últimos anos e que culminaram com os excelentes resultados de 1966, tem, agora, possibilidades de apresentar melhores índices de rentabilidade e solidez financeira.

Para que esse resultado seja realmente atingido, dois fatores são indispensáveis:

1) exclusividade para a PETROBRÁS da totalidade do mercado brasileiro, quer para petróleo nacional e importado, quer para a expansão da refinação.

2) o êxito na pesquisa do petróleo em proporção idêntica à verificada nos últimos dez anos.

O primeiro se encontra assegurado pela legislação vigente; o segundo é, por natureza aleatório, e da sua existência vai depender, essencialmente, a consecução dos objetivos colimados pela nova lei.

Para o consumidor, a primeira consequência da nova legislação está refletida na redução significativa no preço do óleo combustível, que anteriormente se situava em nível elevado relativamente aos preços internacionais.

3

BALANÇO ENERGÉTICO

3/ BALANÇO ENERGÉTICO

A estimativa preliminar da oferta global de energia bruta do País, em 1966, registra expansão da ordem de 10,8% em relação ao ano anterior, atingindo 44,2 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP), das quais 32,0 milhões TEP provenientes das fontes comerciais de produção e 12,2 milhões TEP correspondentes a combustíveis de origem vegetal.

A análise da parcela mais importante do balanço, proveniente das fontes comerciais de produção, revela entre 1956 e 1966 crescimento médio anual de 6,9%, assinalando esse último ano a excepcional taxa de 13% relativamente a 1965 (Quadro 1).

QUADRO 1

BALANÇO ENERGÉTICO

FONTES COMERCIAIS DE PRODUÇÃO

1956/1966

ANO	QUANTIDADE (Em milhares de toneladas de equivalência de petróleo)											
	Carvão de Pedra					Combustíveis líquidos						
	Nacional %	Importado %	Total %	Nacional %	Importado %	TOTAL %	Nacional %	Importado %	TOTAL %			
1956	582	3,6	618	3,7	1 200	7,3	5 091	31,0	4 279	26,0	9 370	57,0
1957	539	3,1	670	3,8	1 209	6,9	5 747	33,0	3 497	20,0	9 244	53,0
1958	561	2,8	672	3,4	1 233	6,2	6 220	31,3	4 075	20,5	10 295	51,8
1959	547	2,7	529	2,6	1 076	5,3	6 880	34,3	3 490	17,3	10 370	51,6
1960	543	2,4	640	2,9	1 183	5,3	8 207	36,6	4 042	18,0	12 249	54,6
1961	587	2,5	643	2,8	1 221	5,3	9 945	42,5	3 001	12,8	12 946	55,3
1962	631	2,5	751	2,9	1 382	5,4	13 002	50,5	1 401	5,4	14 403	55,9
1963	683	2,6	695	2,6	1 378	5,2	14 047	52,7	1 300	4,9	15 347	57,6
1964	677	2,4	701	2,6	1 378	5,0	14 727	53,8	734	2,8	15 461	56,6
1965	749	2,6	776	2,7	1 525	5,3	13 878	49,0	747	2,6	14 625	51,7
1966 (1)	656	2,0	1 112	3,5	1 768	5,5	16 075	50,2	774	2,4	16 489	52,6

ANO	Gás Natural %		Subtotal %		Eletricidade e Hidráulica %		TOTAL %	
1956	69	0,4	10 639	64,7	5 846	35,3	16 485	100
1957	148	0,8	10 601	60,7	6 843	39,3	17 444	100
1958	299	1,5	11 827	59,5	8 043	40,5	19 870	100
1959	417	2,0	11 863	59,0	8 220	41,0	20 083	100
1960	526	2,3	13 958	62,2	8 457	37,8	22 415	100
1961	504	2,2	14 671	62,8	8 715	37,2	23 386	100
1962	453	1,8	16 238	63,1	9 505	36,9	25 743	100
1963	382	1,4	17 107	64,2	9 535	35,8	26 642	100
1964	338	1,2	17 177	62,8	10 165	37,2	27 342	100
1965	428	1,5	16 578	58,5	11 737	41,5	28 315	100
1966 (1)	580	1,8	19 197	60,0	12 803	40,0	32 000	100

FONTES - Carvão de Pedra, CPCAN; Combustíveis líquidos, CNP; Gás Natural, PETROBRÁS e Eletricidade Hidráulica - CNAEE.

(1) - Estimativa baseada em dados observados no período janeiro/novembro.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE ENERGIA PRIMÁRIA EM TONELADAS DE PETRÓLEO:

Carvão Nacional	1 t	0,38
Carvão Importado	1 t	0,69
Gás Natural	1 000 m ³	0,00102
Hidroeleticidade	1 000 kw	0,46

Durante 1966 cresceram mais acentuadamente as disponibilidades de combustíveis sólidos e líquidos, cabendo ressaltar que a demanda de hidreletricidade situou-se bastante abaixo da capacidade instalada no País. O carvão de pedra, por seu turno, caiu de 2,5% na produção nacional e aumentou de 43,2% na importação, conseqüência da maior utilização do produto importado como redutor na indústria siderúrgica, que em 1966 expandiu sua produção em cerca de 19% quando comparada ao ano anterior.

Na energia obtida a partir do petróleo, os combustíveis líquidos, aumentaram sua participação na oferta das fontes comerciais, passando a representar 52,6%, correspondendo a 16 489 mil TEP, das quais apenas 774 mil TEP foram importadas.

A produção de hidreletricidade, em 1966, não é representativa da capacidade desse setor energético, visto que, somente a Usina de Furnas tem dois grupos geradores, totalizando 300 000 kw de potência, aguardando apenas mercado para iniciar suas operações.

A participação da energia importada na oferta global das fontes comerciais, que em 1956 era da ordem de 29%, manteve-se, em 1966, praticamente nos mesmos níveis do ano anterior, isto é, entre cinco e seis por cento. Essa estabilização, apesar do substancial aumento das importações de carvão de pedra, foi garantida pelos derivados de petróleo, pois, a produção passou a representar 97,5% da oferta de combustíveis líquidos contra 94,9% em 1965 e 54,3% em 1956. Evidentemente tais cifras não incluem o valor energético do petróleo bruto importado contido nos derivados de produção nacional.

4

**MERCADO NACIONAL
DO PETRÓLEO E DERIVADOS**

DERIVADOS

O mercado nacional de derivados de petróleo recuperou-se, em 1966, do declínio registrado no ano anterior. Com efeito, o volume das entregas às companhias distribuidoras somado ao consumo próprio das refinarias, que em 1965 havia baixado de 4,4% em relação a 1964, apresentou incremento da ordem de 8,0% comparativamente a 1965 (Quadro 2).

QUADRO 2

CONSUMO NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO
(Unidade: mil m³)

DERIVADOS	1965	1966	%
Gás Liquefeito	1 374	1 535	+ 11,7
Gasolina A	5 982	6 538	+ 9,3
Gasolina B	58	64	+ 10,3
Querosene	577	570	- 1,2
Gasolina/Aviação	206	203	- 1,5
Querosene/Jato	324	373	+ 15,1
Óleo Combustível	5 819	6 133	+ 5,4
Óleo Diesel	4 068	4 408	+ 8,4
Stanship	110	114	+ 3,6
Lubrificantes	268	299	+ 11,6
Asfalto	294	362	+ 23,1
Solventes	126	143	+ 13,4
TOTAL	19 206	20 742	+ 8,0

Esse revigoramento da demanda de derivados reflete a retomada do crescimento econômico do País, evidenciado pelos indicadores da produção industrial, calculados pelo Ministério do Planejamento que estima, para os dez primeiros meses de 1966, aumentos nos vários ramos da indústria que variam entre 8,2% e 58,4% em relação a igual período do ano anterior.

A análise do mercado revela que o consumo dos setores de transporte e industrial teve índices de crescimento mais significativos do que os observados no consumo doméstico.

O incremento da produção de veículos automotrizes, da ordem de 33% (exclusive tratores), a par da expansão do programa de pavimentação da rede rodoviária, que pode ser avaliado pelo aumento do consumo de asfalto (de 294 mil m³ em

1965 para 362 mil m³ em 1966), deve ter contribuído decisivamente para os elevados percentuais de aumento de consumo das gasolinas automotivas A e B (9,3% e 10,3% respectivamente) e óleo diesel 8,4%.

Ainda no setor de transportes foram consumidos 576 mil m³ de combustível de aviação contra 530 mil m³ no ano anterior, continuando o processo de substituição da gasolina de alto teor de octanas pelo querosene para jato; enquanto o primeiro desses produtos se retraiu de aproximadamente 1,5%, o último acusou acréscimo de pouco mais de 15%.

A taxa de 5,4%, correspondente ao aumento do consumo de óleo combustível, derivado basicamente representativo da demanda do setor industrial, torna-se bem mais expressiva se considerarmos que a expansão da oferta de hidreletricidade reduz sensivelmente o mercado desse produto.

O grau dessa redução pode ser avaliado pelo confronto das cifras atinentes ao consumo global desse derivado e a parcela utilizada na geração da eletricidade, entre 1963 e 1965. As termelétricas, em 1963, consumiam 1 442 mil m³ e, em 1965, apenas 796 mil m³, registrando, pois, uma retração de 646 mil m³. Essa diferença é maior do que a queda verificada no consumo total de óleo combustível nesses mesmos anos (-477 mil m³).

A existência de capacidade, ainda ociosa, na produção de hidreletricidade não permite admitir-se a recuperação dessa parcela do mercado, devendo-se vincular praticamente o crescimento do consumo à intensificação da atividade industrial.

De fato, considerando que as indústrias de cimento, de refinação e a siderurgia participam em mais da metade do consumo industrial de óleo combustível, e que seus volumes de produção cresceram substancialmente em 1966 (respectivamente de 9,0%, 9,5% e 19,0%), em relação ao ano anterior, explica-se o aumento do consumo desse derivado, apesar de persistir a retração do setor termelétrico.

Entre os combustíveis de uso doméstico, o consumo de querosene persistiu em sua tendência declinante, situando-se em torno de 570 mil m³, cifra inferior às observadas para todos os anos do último decênio.

Por outro lado, o percentual de crescimento de 11,7% para o GLP pode ser considerado moderado, uma vez que a demanda desse produto, salvo em 1965, tem apresentado ritmo de expansão consideravelmente superior. A desaceleração no consumo de GLP pode ser atribuída à saturação parcial já constatada em alguns centros do País, bem como devido à gradual eliminação da subvenção atribuída anteriormente a esse produto.

Em 1966, apesar do mercado ter sido basicamente atendido pela produção interna, realizaram-se importações de combustíveis de aviação, GLP e óleo combustíveis. Os primeiros, ainda não produzidos no País, somaram 552 m³, correspondendo a 196 mil m³ de gasolina de alto teor de octanas e 356 mil m³ de querosene para jato. As importações de GLP atingiram a 400 mil m³, apesar do aumento de 9% verificado na produção interna. Quanto ao óleo combustível, efetuou-se importação esporádica de 18 446 m³.

Segundo estimativa realizada no primeiro semestre de 1966, o comportamento do consumo de derivados de petróleo em 1967 deverá aproximar-se razoavelmente

das cifras constantes do Quadro 3, exceção feita ao óleo combustível, cujo consumo, levando-se em conta as últimas informações disponíveis, deverá ultrapassar sensivelmente o volume previsto. Entretanto, o parque nacional de refino deverá atender à expansão da demanda.

QUADRO 3

PREVISÃO DO CONSUMO NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

1967

PRODUTO	QUANTIDADE (Milhares de m ³)
Gás Liquefeito de Petróleo	1 718
Gasolina Automotiva A	7 545
Gasolina Automotiva B	52
Querosene	570
Óleo Diesel	4 892
Óleo Combustível	6 154
Gasolina de Aviação	156
Querosene para Jato	439
Óleos Lubrificantes	306

PETRÓLEO BRUTO

A produção nacional de petróleo bruto atingiu a 6,7 milhões de m³ (42,5 milhões de barris), superando a do ano anterior em 23,6% e passando a representar 33,7% da demanda total de óleo cru do País.

Para esse resultado, os vinte e dois campos da Bahia contribuíram com 6 584 mil m³ e a Região de Produção do Nordeste — um campo em Sergipe e dois em Alagoas — com 165 mil m³.

Essa última cifra, apesar de relativamente pequena, torna-se bastante significativa se considerarmos que somente no fim do ano foi dado início à produção comercial de Carmópolis, a qual juntamente com as áreas novas já conhecidas abre excelentes perspectivas, delineadas pela produção superior a 24 mil m³ (150 mil barris) dia, atingida em fins de dezembro.

O grau dessa redução pode ser avaliado pelo confronto das cifras atinentes ao consumo global desse derivado e a parcela utilizada na geração da eletricidade, entre 1963 e 1965. As termelétricas, em 1963, consumiam 1 442 mil m³ e, em 1965, apenas 796 mil m³, registrando, pois, uma retração de 646 mil m³. Essa diferença é maior do que a queda verificada no consumo total de óleo combustível nesses mesmos anos (-477 mil m³).

A existência de capacidade, ainda ociosa, na produção de hidreletricidade não permite admitir-se a recuperação dessa parcela do mercado, devendo-se vincular praticamente o crescimento do consumo à intensificação da atividade industrial.

De fato, considerando que as indústrias de cimento, de refinação e a siderurgia participam em mais da metade do consumo industrial de óleo combustível, e que seus volumes de produção cresceram substancialmente em 1966 (respectivamente de 9,0%, 9,5% e 19,0%), em relação ao ano anterior, explica-se o aumento do consumo desse derivado, apesar de persistir a retração do setor termelétrico.

Entre os combustíveis de uso doméstico, o consumo de querosene persistiu em sua tendência declinante, situando-se em torno de 570 mil m³, cifra inferior às observadas para todos os anos do último decênio.

Por outro lado, o percentual de crescimento de 11,7% para o GLP pode ser considerado moderado, uma vez que a demanda desse produto, salvo em 1965, tem apresentado ritmo de expansão consideravelmente superior. A desaceleração no consumo de GLP pode ser atribuída à saturação parcial já constatada em alguns centros do País, bem como devido à gradual eliminação da subvenção atribuída anteriormente a esse produto.

Em 1966, apesar do mercado ter sido basicamente atendido pela produção interna, realizaram-se importações de combustíveis de aviação, GLP e óleo combustíveis. Os primeiros, ainda não produzidos no País, somaram 552 m³, correspondendo a 196 mil m³ de gasolina de alto teor de octanas e 356 mil m³ de querosene para jato. As importações de GLP atingiram a 400 mil m³, apesar do aumento de 9% verificado na produção interna. Quanto ao óleo combustível, efetuou-se importação esporádica de 18 446 m³.

Segundo estimativa realizada no primeiro semestre de 1966, o comportamento do consumo de derivados de petróleo em 1967 deverá aproximar-se razoavelmente

das cifras constantes do Quadro 3, exceção feita ao óleo combustível, cujo consumo, levando-se em conta as últimas informações disponíveis, deverá ultrapassar sensivelmente o volume previsto. Entretanto, o parque nacional de refino deverá atender à expansão da demanda.

QUADRO 3

PREVISÃO DO CONSUMO NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

1967

PRODUTO	QUANTIDADE (Milhares de m ³)
Gás Liquefeito de Petróleo	1 718
Gasolina Automotiva A	7 545
Gasolina Automotiva B	52
Querosene	570
Óleo Diesel	4 892
Óleo Combustível	6 154
Gasolina de Aviação	156
Querosene para Jato	439
Óleos Lubrificantes	306

PETRÓLEO BRUTO

A produção nacional de petróleo bruto atingiu a 6,7 milhões de m³ (42,5 milhões de barris), superando a do ano anterior em 23,6% e passando a representar 33,7% da demanda total de óleo cru do País.

Para esse resultado, os vinte e dois campos da Bahia contribuíram com 6 584 mil m³ e a Região de Produção do Nordeste — um campo em Sergipe e dois em Alagoas — com 165 mil m³.

Essa última cifra, apesar de relativamente pequena, torna-se bastante significativa se considerarmos que somente no fim do ano foi dado início à produção comercial de Carmópolis, a qual juntamente com as áreas novas já conhecidas abre excelentes perspectivas, delineadas pela produção superior a 24 mil m³ (150 mil barris) dia, atingida em fins de dezembro.

**4/
MERCADO
NACIONAL
DO
PETRÓLEO
E
DERIVADOS**

A semelhança do que ocorreu nos dois anos anteriores, em 1966 a PETROBRÁS pôde colocar tôda sua produção de petróleo sem recorrer a exportações. A campanha de reaparelhamento da indústria nacional para consumir óleo combustível de alto ponto de fluidez (APF), por seu lado, deverá assegurar a absorção total do aumento da produção nacional de óleo cru previsto para os próximos anos.

O exame das importações efetuadas em 1966 revela que a PETROBRÁS adquiriu no mercado internacional 13,2 milhões de m³ de petróleo bruto, superando a cifra correspondente a 1965 em 0,9 milhões de m³.

Entre as frentes de importação ampliou-se consideravelmente a participação dos países asiáticos e africanos. Embora a Venezuela, individualmente, continue sendo o principal fornecedor, os países asiáticos deslocaram os países americanos de sua posição majoritária observada em 1965 (Quadro 4).

Por representar mercado das proporções mencionadas — mais de 13 milhões de m³ em 1966 — e tendo em vista a condição favorável de única compradora do País, a PETROBRÁS pôde obter preços bastante reduzidos para as importações de petróleo bruto, inferiores mesmo aos que são pagos por outras nações importadoras.

Em consequência dessas condições e através da adoção de política de somente realizar compras mediante concorrência internacional para contratos de curto prazo de duração, política efetivamente adequada à conjuntura de superprodução mundial de petróleo, o preço CIF médio por barril, que em 1963 era de us\$ 2.21 para as refinarias da PETROBRÁS e de us\$ 2.48 para as particulares, caiu para us\$ 1.96 e us\$ 1.95 situando-se, em 1966, bem abaixo dos verificados no ano anterior (us\$ 2.06 e us\$ 2.08, respectivamente).

Além desse resultado, é ainda oportuno ressaltar que, a inclusão nos contratos de compra de óleo de cláusulas vinculando essas compras no exterior a venda de produtos nacionais, promoveram exportações brasileiras no valor de aproximadamente 35 milhões de dólares.

QUADRO 4

**IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE
PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS DE
ORIGEM EM PERCENTAGEM**

PAÍSES	1965	1966
AMÉRICA	40,4	28,2
Venezuela	38,3	27,5
Peru	0,9	0,7
Antilhas		
Holandesas	0,7	—
Colômbia	0,5	—
EUROPA	22,1	19,9
Urss	22,1	19,9
ASIA	36,9	48,0
Arábia Saudita	7,6	18,6
Iraque	19,0	17,8
Kuwait	10,3	10,8
Irã	—	0,8
ÁFRICA	0,6	3,9
Nigéria	0,6	3,3
Gabão	—	0,6
TOTAL	100,0	100,0

5

LIBERAÇÃO DE DIVISAS

Embora as disponibilidades do Brasil em moeda estrangeira tenham alcançado nos dois últimos anos volume sem precedentes, o esforço no sentido da poupança de divisas não deve ser minimizado num país em vias de desenvolvimento econômico, como é o caso brasileiro.

Apesar de não apresentar mais características de estrangulamento das aspirações nacionais à expansão econômica, o item petróleo e derivados ainda ocupa lugar destacado na pauta das nossas importações e, por isso, além das razões concernentes à defesa nacional, permanece válida a necessidade de se chegar, quanto antes, à auto-suficiência em relação a esses produtos, permitindo a retomada do desenvolvimento econômico.

Não tem sido outra a atitude do governo, que deu ênfase à questão, concretizando medidas para que a PETROBRÁS pudesse acelerar seus programas de atividades no campo da exploração e produção de petróleo.

Em termos de divisas, 1966 representa um ano marcante, pois a indústria nacional do petróleo conseguiu ultrapassar, através de sua produção de cru e derivados, a metade do valor em dólares do consumo nacional de combustíveis líquidos e lubrificantes.

Em valores absolutos, a liberação total de divisas propiciada pela indústria do petróleo elevou-se a us\$ 210,3 milhões, significando acréscimo de 17% relativamente a 1965.

É certamente expressiva, também, esta última cifra, pois revela uma inversão de tendência registrada nos dois anos anteriores. Mais expressiva ainda, porque sua magnitude, 17%, permite compensar as taxas negativas de 1964 e 1965 (-7,6% e -3,8%), restando ainda saldo líquido positivo em 1966 da ordem de us\$ 9 milhões.

A maior contribuição para a liberação de divisas continuou pertencente ao setor refino, cuja participação foi de us\$ 123,2 milhões, cabendo às refinarias da PETROBRÁS us\$ 107,5 milhões, ou seja, cerca de 87%.

Neste particular segue-se, em importância, o setor produção de óleo, responsável no ano de 1966 por liberação de divisas num montante de us\$ 84,0 milhões de dólares, sendo, por outro lado, o que registrou maior crescimento relativamente ao ano anterior, cerca de 19% contra 17% do setor refino. Convirá, todavia, acentuar que a cifra do refino está influen-

ciada pelo decréscimo da liberação proporcionada pelas empresas permissionárias do refino, pois as refinarias da PETROBRÁS isoladamente tiveram, em 1966, crescimento de 21,5%, em relação a 1965.

Cumpra também evidenciar a importância da indústria nacional do petróleo, comparativamente às exportações e importações nacionais, no ano de 1966. A economia de divisas do setor petróleo representou cerca de 17% do total das importações CIF, exceto petróleo e derivados. Por outro lado, o montante de divisas poupado correspondeu, aproximadamente, ao valor das exportações de algodão e minério de ferro (cerca de us\$ 210 milhões), terceiro e quarto lugares de pauta de exportações em 1966.

Ressalte-se, por fim, que tais resultados foram obtidos a despeito da queda do preço CIF do petróleo importado, de cerca de 5% em relação a 1965.

QUADRO 5**LIBERAÇÃO DE DIVISAS PROPORCIONADA PELA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO**

1960/1966

VALOR (em milhões de dólares)

ANO	DISPÊNDIO CAMBIAL LÍQUIDO	Liberação de Divisas Pela Indústria Nacional do petróleo		CONSUMO APARENTE	Relações Percentuais	
		TOTAL	PETRO- BRÁS (**)		[(d) ÷ (e)]	[(e) ÷ (e)]
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
1960	241,4	176,4	146,2	417,8	82,9	42,2
1961	218,0	193,5	168,2	411,5	86,9	47,0
1962	235,1	200,4	176,5	435,5	88,1	46,0
1963	229,7	201,4	180,4	431,0	89,6	46,7
1964	220,1	186,1	166,8	406,3	89,6	45,8
1965	203,5	179,0	162,3	382,5	90,7	46,8
1966 (*)	209,7	210,3	194,7	420,0	92,6	50,1

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

(*) - Dados sujeitos a retificações.

(**) - Dados retificados, incluindo-se o item transporte marítimo.



6

INVESTIMENTOS

O investimento total, exclusive estoques, atingiu, em 1966, montante da ordem de Cr\$ 419 bilhões contra Cr\$ 296 bilhões no ano anterior, o que representa aumento nominal de 41,5%.

Considerando que o nível geral de preços, verificado no ano de 1966, cresceu de 38%, pode-se afirmar ter havido praticamente em termos reais uma estabilização dos gastos em investimentos, relativamente a 1965.

Do quadro anexo (n.º 6), onde o investimento total está distribuído por setor de atividade, verifica-se que o dispêndio em "exploração e desenvolvimento de campos de produção", participou com Cr\$ 197 milhões, representando mais de 47% do total. A ênfase principal foi dada, em 1966, ao item desenvolvimento dos campos que participou com 17,5% (Cr\$ 73 bilhões) no total dos investimentos, em confronto com 13,8% (Cr\$ 41 bilhões) em 1965. Apesar disto o item referente à exploração continua ainda absorvendo a maior parcela dos recursos destinados a investimentos pela PETROBRÁS.

Os gastos em refino, já que alcançamos praticamente a auto-suficiência nesse setor, começam a perder sua posição relativa. Em 1966, a construção de refinarias absorveu Cr\$ 70 bilhões, enquanto como já dissemos, em desenvolvimento de novos campos de produção, foram investidos Cr\$ 73 bilhões.

A elevada participação do transporte marítimo, em 1966, reflete, como em todos os anos que isso ocorre, a incorporação de novas unidades à Frota Nacional de Petroleiros.

Para o próximo ano está previsto programa de investimento que deverá ultrapassar Cr\$ 516 bilhões; em termos reais, o maior programa até aqui realizado pela PETROBRÁS, no qual está sendo atribuído ao setor de exploração e desenvolvimento de campos participação de 55%, destacando-se o item desenvolvimento dos campos que contará com 26% do total de disponibilidade de recursos para investimentos previstos para 1967.

QUADRO 6

**PERÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS
INVESTIMENTOS**

1965/1966

ESPECIFICAÇÃO	1965		1966	
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
Exploração (inclusive Perfurações Pioneiras e Estratigráficas)	102 066	34,5	124 145	29,7
Desenvolvimento dos Campos de Produção de Petróleo (inclusive Perfuração de Desenvolvimento)	40 782	13,8	73 066	17,5
Refinação	61 475	20,8	70 278	16,8
Petroquímica	20 301	8,9	39 031	9,3
Transporte Marítimo	16 035	5,4	50 368	12,0
Terminais Marítimos e Oleodutos	42 015	14,2	32 375	7,7
Distribuição	1 921	0,6	7 715	1,8
Industrialização do Xisto	5 404	1,8	7 239	1,7
Diversos	6 066	2,0	14 687	3,5
TOTAL	296 065	100,0	418 904	100,0

7

EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Em consonância com diretrizes previamente estabelecidas, as atividades exploratórias da Empresa, em 1966, continuaram a desenvolver-se em áreas consideradas mais favoráveis à ocorrência de hidrocarbonetos. Como resultante, registrou-se, no referido ano, importante sucesso, em termos de descobertas de petróleo. Com efeito, ao que tudo indica, espera-se contar com, pelo menos, cinco novos campos produtores, de petróleo e/ou gás, dos quais três no Recôncavo, (Bahia), um em Sergipe e outro na Bacia de Barreirinhas, na costa norte do Maranhão.

Neste último, o poço SJ-1-MA (São João) apresentou, em provas de produção, um bom volume de gás, associado a óleo. Os testes de produção realizados no SJ-1-MA, podem indicar a existência de nova província petrolífera, reforçando a possibilidade de obter-se produção comercial nessa bacia sedimentar de cerca de 15 000 km², dos quais 8 000 km² se encontram localizados na plataforma submarina.

Nas atividades exploratórias desenvolvidas no exercício, foram utilizadas 174 turmas-meses de *Geologia de Superfície*, representadas por 15 turmas de campo e duas equipes de perfuração estrutural rasa, perfazendo 18 equipes-meses.

A *Gravimetria*, se desenvolveu a cargo de nove equipes no início do ano, sendo oito nacionais e uma marítima contratada. Ao terminar 1966, o número dessas equipes foi reduzido para cinco, tendo em vista que as medidas gravimétricas são definitivas, e a reinterpretação só se torna necessária à medida que novos dados sísmicos e de perfuração forem fornecidos.

A produção registrada pelas equipes de gravimetria (95 equipes-meses) totalizou 30 136 km de cobertura superficial, ultrapassando nitidamente o nível de 1965, quando foram utilizadas 130 equipes-meses e levantados 26 287 km de linhas. Por outro lado, os trabalhos gravimétricos no mar foram incrementados, contando-se com um melhor apoio marítimo, o que muito concorreu para a obtenção de elevados índices de produtividade.

A *Eletroresistividade* operou com quatro equipes, até setembro e, a partir daí, com três equipes, das quais duas são nacionais. Realizou, com 45 equipes-meses, 390 sondagens elétricas (296 em 1965), correspondendo a uma extensão de linhas AB de 5 711 km (4 303 km em 1965).

A *Sísmica* contou com oito equipes, de janeiro a maio, nove equipes de junho a julho e sete de novembro a dezembro. Sua produção, a cargo de 95 equipes-meses, de 3 230 km de linhas e 1 071 metros perfurados, pode ser considerada satisfatória. Consumiu, no período, 758 toneladas de dinamite. Em 1965, a sísmica operou com 128,4 equipes-meses.

A *Geologia de Subsuperfície*, consistindo de perfurações exploratórias e de métodos auxiliares de Hidrodinâmica, Sedimentologia e Paleontologia, Interpretação de perfis, etc., operou com 401,3 sondas-meses (429,6 em 1965). Foram trabalhados 122 poços exploratórios (97 em 1965), dos quais 97 iniciados em 1966, assinalando-se a conclusão de 98. Dêsse total, 32 poços são produtores de óleo, dois de gás e 64 não produtores. O total de metros perfurados elevou-se a 175 939 (171 205 metros em 1965), obtidos num período de trabalho em que, se comparado com os anos anteriores, registrou significativa predominância de poços profundos.

A *Geodésia*, representada por quatro turmas, prestou inestimáveis serviços de apoio na locação de poços, de trabalhos geológicos, sísmicos e gravimétricos, bem como na determinação de coordenadas.

Por seu turno, as seções de cartografia confeccionaram seções geológicas, levantamentos geofísicos e mapas interpretativos.

O treinamento de técnicos prosseguiu normalmente, inclusive através de curso de geofísica. Os técnicos mais experientes, em número de 13, foram mandados estagiar no exterior, em assuntos específicos.

Os fatos mais significativos em 1966, estão representados pela entrada em funcionamento da segunda equipe nacional de Eletro-resistividade e pelo início das operações da Equipe Sísmica da ES-26 que, no primeiro mês de atividades conseguiu mapear uma grande estrutura capaz de armazenar petróleo, na área de Inhambupe, Bacia de Tucano. Por outro lado, foi assinado contrato para cobertura aeromagnetométrica da Bacia de Barreirinhas e plataforma continental norte.

Considera-se que a medida mais exata do sucesso alcançado por um programa exploratório seja a que se traduz em novas descobertas de petróleo realizadas.

No ano recém-findo, nas bacias comprovadamente produtoras, que receberam mais trabalhos de detalhe, o índice de sucesso foi bem maior. Com efeito, na Bacia do Recôncavo, contamos com as seguintes novas descobertas, já comprovadas através de testes de produção:

FO-1 (Fazenda Onça): óleo, Ilhas
 MI-1 (Malombê): óleo, zona "A"
 Si-2 (Sesmaria): óleo, Candeias e Sergi
 Bb-3 (Biriba): gás, zona "A"
 LP-1 (Lagoa do Paulo): óleo, Ilhas
 FBE-1 (Faz. Boa Esperança): óleo, Sergi

Além dessas, devemos acrescentar, também no Recôncavo, aquelas que ainda dependem da confirmação do seu valor comercial, através de testes de produção: Me-4 (Mapele, gás e/ou óleo no Ilhas e Candeias), Cz-1 (Cinzento, óleo no Ilhas e Candeias), LM-1 (Lamarão, gás no

S. Sebastião/Ilhas), Ca-2 (Camaçari, óleo no S. Sebastião).

Na bacia de Sergipe, tivemos as descobertas do Poço Ag-1 (Aguilhada), VF-1 (Várzea da Flor) e Me-1 (Meireles), todos em horizontes da formação Muribeca. Somente o poço Ag-1 foi submetido a testes de produção.

Na bacia de Barreirinhas, confirmaram-se as perspectivas em torno do poço SJ-1 (São João), pois os testes de produção indicam-no como produtor de gás, associadô a um pequeno volume de óleo. O poço Mu-1 (Mandacaru) apresenta várias zonas de interesse (possivelmente gás), que serão próximamente avaliadas, em testes de produção.

Com base na experiência acumulada e no valor dos indícios observados julga-se que pelo menos cinco das 15 descobertas realizadas em 1966 resultem em campos de óleo ou gás, o que representa o maior índice de sucesso no período de um ano até hoje pela exploração de petróleo no Brasil.

QUADRO 7

METRAGEM PERFURADA E NÚMERO DE SONDAS-ANO 1965/1966

NATUREZA DA ATIVIDADE	METROS PERFURADOS		SONDAS-ANO EM		ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO (*) METROS SONDA-ANO	
	1965	1966	1965	1966	1965	1966
EXPLORATÓRIA	171 205	175 939	35,8	33,2	4 782	5 299
RENOR	27 317	26 227	9,5	9,4	2 875	2 790
RPNE	25 366	28 463	4,1	5,7	6 187	4 994
RPBA	111 639	114 790	20,2	16,1	5 527	7 130
DESUL	6 883	6 459	2,0	2,0	3 442	3 230
DESENVOLVIMENTO	122 843	218 103	11,6	14,6	10 590	14 939
RPNE	32 068	70 824	3,1	3,9	10 345	18 160
RPBA	90 775	147 279	8,5	10,7	10 679	13 764
TOTAL	<u>294 048</u>	<u>394 042</u>	47,4	47,8	6 204	8 244
RENOR	27 317	26 227	9,5	9,4	2 875	2 790
RPNE	57 434	99 287	7,2	9,6	7 977	10 342
RPBA	202 414	262 069	28,7	26,8	7 053	9 779
DESUL	6 883	6 459	2,0	2,0	3 442	3 230

metros perfurados do Poço perfurados?

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS (DEXPRO).
 (*) - Exclusive as sondas em reparos.

QUADRO 8

NÚMERO DE POÇOS TERMINADOS
1965/1966

BACIA SEDIMENTAR	EXPLORATÓRIOS		DESENVOLVIMENTO		TOTAL	
	1965	1966	1965	1966	1965	1966
PRODUTORES DE ÓLEO	27	32	111	197	138	229
Barreirinhas	—	1	—	—	—	1
Sergipe	7	9	37	81	44	90
Recôncavo	20	22	74	116	94	138
PRODUTORES DE GÁS						
Recôncavo	2	2	5	1	7	3
NÃO PRODUTORES	67	64	9	19	76	83
Amazonas	4	1	—	—	4	1
Bragança - Viséu	1	—	—	—	1	—
Barreirinhas	12	14	—	—	12	14
Maranhão	1	3	—	—	1	3
Alagoas	1	—	—	—	1	—
Sergipe	13	20	—	5	13	25
Tucano	4	2	—	—	4	2
Recôncavo	29	20	9	14	38	34
Almada	—	2	—	—	—	2
Paraná	2	2	—	—	2	2
APROVEITADOS PARA INJEÇÃO						
Recôncavo	—	—	3	16	3	16
APROVEITADOS PARA PRODUÇÃO D'ÁGUA						
Tucano	1	—	—	—	1	—
TOTAL	97	98	128	233	225	331

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS (DEXPRO).

PRODUÇÃO

Desenvolvimento de Áreas Produtoras

As atividades de desenvolvimento de campos produtores caracterizaram-se em 1966, pelo registro de índices bem expressivos. Nas bacias de Sergipe e do Recôncavo, foram utilizadas 171,8 son-

das-meses, perfurando-se, nessas áreas, 218 103 metros (122 843 em 1965).

Dos 244 poços de desenvolvimento, trabalhados no exercício, 231 foram iniciados no decorrer do ano, concluindo-se 233 poços, dos quais 197 produtores de óleo, 1 de gás, 19 secos ou abandonados e 16 aproveitados para os programas de recuperação secundária.

Cumprerem ressaltar que, na Bahia, as atividades de desenvolvimento de campos produtores experimentaram substancial incremento em relação a 1965, assinalando-se um acréscimo da ordem de 60% no volume dessas atividades. Destacam-se os trabalhos realizados nos campos de Miranga e Dom João, seguindo-se os dos campos de Araçás, Fazenda Guaraçu, Candeias e Jacuípe.

Em Miranga, atualmente o maior campo produtor do País, com 6 600 m³ diários, os sinistros ocorridos em 1966 não chegaram a comprometer seriamente a programação estabelecida para o ano. Novas técnicas de completação de poços continuaram a ser aplicadas, com real sucesso, demonstrando o alto nível técnico das operações ali executadas.

Nas áreas de Malombé, Fazenda Onça, Sesmária, Fazenda Boa Esperança, Lagoa do Paulo e Massapê, foram realizados trabalhos de avaliação, aguardando-se a perfuração de novos poços, com o objetivo de colher maiores informações sobre suas reais possibilidades. As áreas de Cinzento e Camaçari, também descobertas em 1966, não estão definidas, encontrando-se ali, duas sondas em perfuração de poços, esperando-se que os resultados venham confirmar as ocorrências de óleo anteriormente assinaladas.

Na bacia de Barreirinhas, tiveram lugar as provas iniciais de produção e de limite de reservatório, no poço SJ-1-MA, São João, recuperando-se até fins de dezembro, o volume total de 117 metros cúbicos de óleo e cerca de 134 583 metros cúbicos de gás. Os dados já disponíveis sobre essa área são bem expressivos, e novos elementos deverão ser ainda coletados, para que se possa apresentá-la, definitivamente, como produtora comercial. Com esse objetivo, dois outros poços se encontram em perfuração, distantes cerca de 400 e 1 500 metros do SJ-1-MA, onde prosseguem os estudos de avaliação.

Estimulação de Poços

As operações de estimulação de poços receberam grande impulso, em 1966 realizando-se 24 operações em poços de produção e 18 em poços destinadas à injeção. As avaliações de seus resultados possibilitarão desenvolver programas mais extensos em 1967, objetivando-se aumento da produtividade dos poços, com reflexos positivos na produção.

Recuperação Secundária

Realizaram-se injeções de gás nos campos de Água Grande, Buracica, Candeias, Cassarongongo, Dom João e Taquipe. No campo de D. João, diversas operações de fraturamento foram concluídas com êxito, objetivando o aumento de eficiência dos poços destinados à injeção.

Na parte norte desse mesmo campo, registrou-se aumento nos volumes de água injetados, com a entrada em operação do sistema de recalque, em larga escala.

Em Buracica, o crescimento verificado na produção de óleo, no ano em foco, pode ser atribuído ao sucesso dos trabalhos de injeção de água, que foram intensificados no decorrer de 1966.

Produção de Petróleo e Gás

Petróleo — A produção de óleo bruto, em 1966, alcançou 6 748 889 metros cúbicos, sendo 6 584 420 m³ provenientes dos campos baianos e 164 469 m³ da área de Alagoas-Sergipe, representando um incremento de cerca de 21% sobre 1965, quando foram produzidos 5 460 348 metros cúbicos.

Este resultado coloca em evidência o ano de 1966 e marca a consolidação do ritmo crescente da produção nacional de óleo bruto, que se vinha observando a partir do ano anterior. Chegou-se, ao final do exercício passado, com uma produção diária em torno de 24 mil metros cúbicos (150 960 barris diários), alcançando-se plenamente a meta estabelecida.

Contribuição significativa para esse resultado foi incremento da produção de Miranga, Bahia, onde se registrou a completação de grande número de poços e o escoamento do óleo ali produzido foi facilitado com a inauguração de nova linha para tal fim, bem como as participações dos campos de Buracica, refletindo o êxito de recuperação secundária, e de Dom João, no qual entraram em operação duas plataformas marítimas para coleta de óleo de poços perfurados na parte do mar desse campo. As novas áreas de Fazenda Onça, Sesmária e Fazenda Boa Esperança, se bem que auspiciosas as suas participações, principalmente sob o ponto de vista das perspectivas que encerram, influíram muito pouco no comportamento da produção de 1966.

QUADRO 9

PRODUÇÃO NACIONAL DE ÓLEO E DE GÁS

1965/1966

QUANTIDADE (em metros cúbicos)				
CAMPO	Óleo		Gás	
	1965	1966	1965	1966
ALAGOAS	21 427	29 198	—	—
Coqueiro Sêco	1 871	5 315	—	—
Tabuleiro dos Martins	19 556	23 883	—	—
SERGIPE	11 009	135 271	—	—
Aguilhada	—	29	—	—
Carmópolis	11 001	135 177	—	—
Riachuelo	8	34	—	—
Treme	—	31	—	—
BAHIA	5 427 912	6 584 420	684 036 697	788 568 782
Água Grande	2 318 550	2 089 975	323 370 049	342 465 872
Araçás	2 942	28 630	1 309 580	6 068 780
Aratu	—	—	28 609 669	28 821 844
Brejinho Canabrava	31 089	23 287	845 625	633 414
Buracica	928 017	1 072 806	7 125 591	8 756 018
Candeias	530 892	471 997	111 418 770	101 204 700
Cassarongongo	47 436	45 853	996 155	1 673 511
Dom João	587 495	709 663	20 200 169	22 496 685
Fazenda Azevedo	9 947	5 012	2 527 045	1 705 686
Fazenda Boa Esperança	—	6 575	—	293 339
Fazenda Caruaçu	—	32	—	—
Fazenda Imbé	36 680	94 110	2 356 651	7 772 815
Fazenda Onça	—	3 284	—	106 872
Fazenda Panelas	65 514	32 414	3 757 823	7 646 019
Gomo	—	—	7 526 010	8 621 327
Ilha Bimbarra	—	—	745 143	—
Itaparica	—	—	1 093 894	1 098 010
Jacuipe	—	—	1 477 108	—
Jiribatuba	291	—	1 500	—
Mapele	—	—	108 380	—
Massapé	2 618	35 203	—	3 766 614
Massui	5 620	—	620 155	—
Mata de S. João	51 724	32 012	25 513 399	15 553 611
Miranga	38 940	1 235 257	2 997 559	87 280 437
Paramirim	2 378	2 936	153 774	234 943
Pedras	3 770	3 136	23 716	19 731
Pojuca Central	10 119	9 323	15 492 128	9 495 374
Roça Grande	15	12	1 208	392
Santana	73 404	42 504	20 297 392	13 002 430
São Pedro	3 051	806	828 390	38 054
Sesmaria	—	976	—	33 132
Taquipe	677 420	638 617	104 639 814	119 779 172
TOTAL	5 460 348	6 748 889	684 036 697	788 568 782

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS (DEXPRO).

Quanto às áreas de Alagoas-Sergipe, especial atenção foi dada ao desenvolvimento do campo de Carmópolis, em Sergipe, e que propiciou, no exercício relatado, razoável e significativo aumento de produção, em confronto com 1965. Inaugurou-se o sistema de escoamento do óleo produzido nesse campo, e, em decorrência, no final de 1966 ali se obtinha produção diária em torno de 1 600 metros cúbicos. As contribuições de Tabuleiro do Martins e Coqueiro Sêco, em Alagoas, permaneceram mais ou menos estáveis ao longo do ano.

Gás — A produção de gás, elevou-se a 788 568 782 m³ (oriundos, exclusivamente, dos campos da Bahia), superando em cerca de 15%, a obtida em 1965. O aumento anotado, em 1966, decorre da maior produção de óleo e da elevada razão gás/óleo registrada nos campos de Água Grande, Taquipe, Candeias e Dom João.

Líquido de Gás Natural (LGN) — A produção de LGN fixou-se em 125 239 metros cúbicos, obtida com processamento de 543 428 mil metros cúbicos de gás natural dos campos de Água Grande, Candeias, Pojuca, Santana e Taquipe.

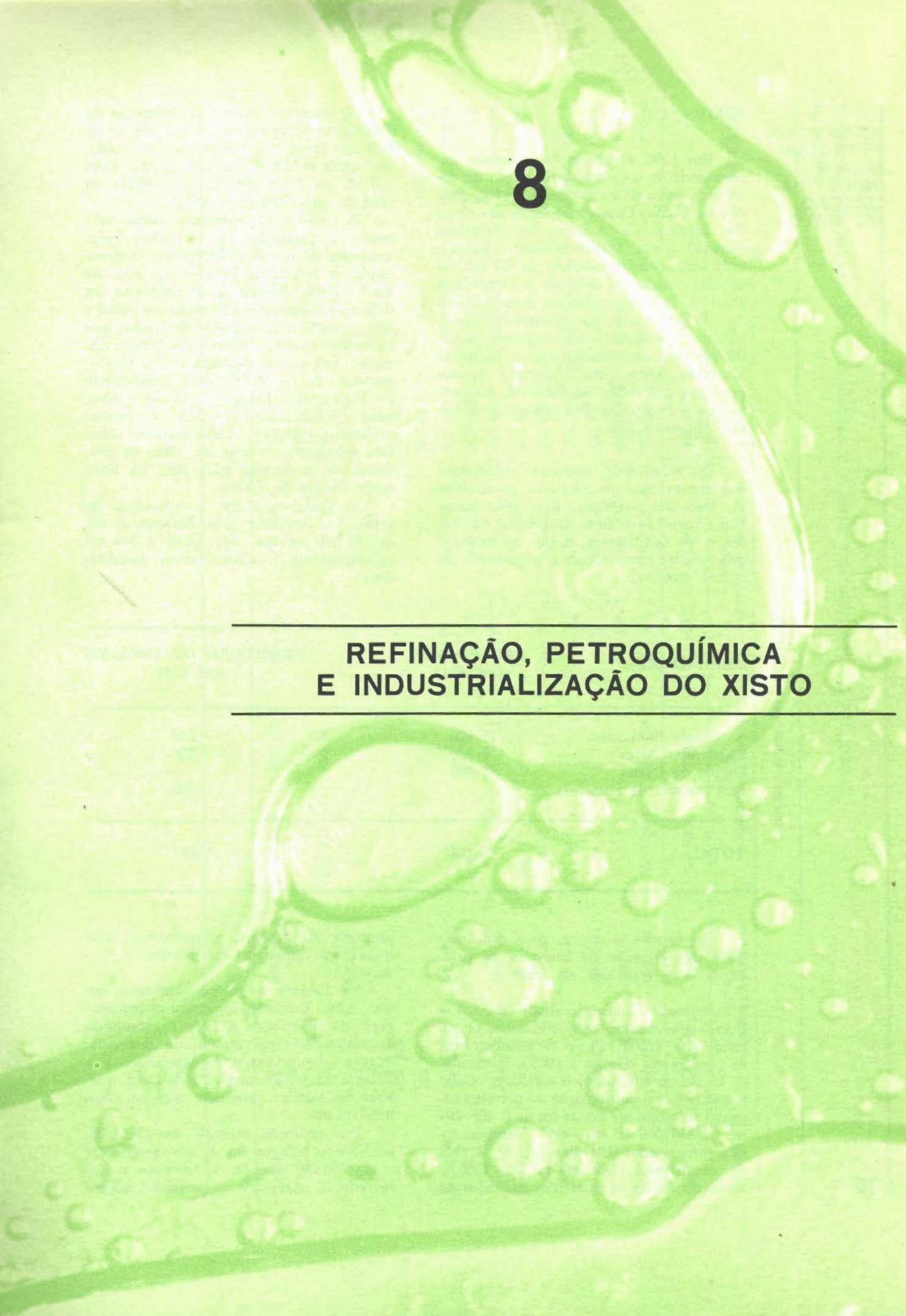
RESERVAS

As reservas de óleo da PETROBRÁS, em 31 de dezembro de 1966, alcançaram $110,78 \times 10^6$ m³, anotando-se um aumento, em relação a 31 de dezembro de 1965, de $4,02 \times 10^6$ m³, equivalente a 3,77%. As reservas de gás elevaram-se a $24 973,76 \times 10^6$ m³, com um acréscimo, no período, de $5 936,94 \times 10^6$ m³, ou seja, de 31,19%.

As reservas de óleo de Alagoas-Sergipe ficaram representadas por $14,95 \times 10^6$ m³ e as de gás por $1 996,17 \times 10^6$ m³. Na Bahia, esses números foram respectivamente, $95,83 \times 10^6$ m³ e $22 977,59 \times 10^6$ m³.

O acréscimo observado nas reservas de óleo deveu-se, principalmente, ao desenvolvimento dos atuais campos produtores.

Por insuficiência de dados, não foram realizadas avaliações de reservas para a área de São João, na bacia de Barreirinhas, onde, ao findar o ano, um segundo poço estava sendo submetido a testes de produção, para determinação da qualidade e quantidade dos fluidos ali produzidos.



8

**REFINAÇÃO, PETROQUÍMICA
E INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO**

REFINAÇÃO

Em 1966, atendendo a expansão generalizada do consumo, a produção de derivados, pelas refinarias da Empresa, cresceu de 14,5%. Com a conclusão das obras das fábricas de Asfalto, em Fortaleza (Ceará) e em Madre-de-Deus (Bahia), cada uma com capacidade de 90 mil toneladas anuais, foi dobrada a capacidade atual do País, de produção desse derivado. O rendimento da refinaria melhorou, tendo-se produzido, no conjunto, menos de 30% de óleo combustível; a Refinaria Landulfo Alves (em Mataripe) apenas produziu 21% desse combustível, enquanto que a Presidente Bernardes, em Cubatão, atingiu a 36%.

Por outro lado, anotou-se substancial incremento nos quantitativos produzidos de borracha, sintética, tipo SBR; entretanto, registrou-se forte decréscimo na produção de fertilizantes, o que se deveu a dificuldades operacionais e a acidentes de ordem mecânica.

No ano em exame, as refinarias da PETROBRÁS processaram 16 705 316 m³ de petróleo bruto (14 639 000 m³ em 1965), dos quais 6 835 661 m³, ou sejam, 40,9% (37,1%, ou 5 370 000 m³, em 1965) de óleo de procedência nacional.

O Quadro 11 apresenta cifras referentes à produção de derivados, pelas unidades de refino da Empresa, confrontando os resultados obtidos nos anos de 1965 e 1966. Ressaltam, no confronto dos dois anos referidos, os incrementos obtidos nos quantitativos daqueles derivados, que alcançam maiores valores de comercialização, tais como: gasolina A (+ 19,4%); gasolina B (+ 26,7%) óleo combustível (+ 11,1%); óleo Diesel (+ 12,2%); querosene (+ 9,2%); GLP (+ 9,2%) e cimento asfáltico (+ 29,7%). Cabe destacar, como fato relevante, o início, em 1966, da produção de querosene para jato, na Refinaria Duque de Caxias.

Ao findar-se o ano, a capacidade de refinação, instalada pela PETROBRÁS, era de 50 540 m³/dia, dos quais 1 340 m³ correspondiam a asfalto, assim distribuídos:

REFINARIAS	CAPACIDADE (m ³ /dia)	PRODUÇÃO DE ASFALTO (m ³ /dia)
Presidente Bernardes	17 800	640
Landulpho Alves	7 500	350
Duque de Caxias	23 900	—
Fáb. Asfalto de Fortaleza	—	350
TOTAL	49 200	1 340

Resumimos, a seguir, para cada unidade de refinação da Empresa, os principais fatos ocorridos em 1966.

Refinaria Landulpho Alves (RLAM) — Foram processados, nessa Refinaria, no referido ano, 2 508 115 m³ de petróleo bruto (+ 2,2% em relação a 1965), incluindo-se 12 321 m³ de petróleo asfáltico. Cabe ressaltar que a participação do petróleo nacional no montante acima foi de 2 495 794 m³ (2 454 000 m³ em 1965). Também foram processados 121 400 m³ de líquido de gás natural (149 000 m³ em 1965). Sensíveis foram os aumentos anotados na

produção de gasolina A, querosene, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e hexano.

No tocante e empreendimentos novos, nessa Unidade, registram-se incorporação da adutora do Rio Catu, garantindo a continuidade operacional da Refinaria, quanto ao suprimento de água doce, e a Fábrica de Asfalto de Madre-de-Deus, que, além dos asfaltos, produziu, também, combustível BPF.

Um acidente, ocorrido em 21/3/66, ocasionado pela rutura de um compressor e seguido de incêndio, determinou a forte redução observada na produção de pa-

QUADRO 10

PETRÓLEO PROCESSADO NAS REFINARIAS E FABRICAS DE ASFALTO DA PETROBRAS
1965/1966

PETRÓLEOS	QUANTIDADE (em metros cúbicos)									
	Total		Refinaria Presidente Bernardes		Refinaria Landulpho Alves		Refinaria Dugue de Caxias		ASFOR	
	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	1965	1966
Baiano	5 370 000	6 835 661	2 035 000	2 408 859	2 454 000	2 495 794	881 000	1 931 008	-	-
Árabe	759 000	2 570 383	530 000	1 665 189	-	-	229 000	905 194	-	-
Basrah	2 369 000	2 172 827	923 000	-	-	-	1 446 000	2 172 827	-	-
Recon-Lagocinco	2 243 000	878 713	2 243 000	878 713	-	-	-	-	-	-
Recon-Lagoteco	-	1 152 616	-	1 152 616	-	-	-	-	-	-
Bachaquero	-	26 286	-	-	-	4 993	-	-	-	21 293
Lagomedio	1 054 000	361 288	-	238 160	-	-	1 054 000	123 128	-	-
Boscan	230 000	260 870	230 000	253 542	-	7 328	-	-	-	-
Romashkinskaja	2 342 000	2 099 782	261 000	50 088	-	-	2 081 000	2 049 694	-	-
Muhannovskaja	-	53 427	-	-	-	-	-	53 427	-	-
Aghajari	-	152 222	-	-	-	-	-	152 222	-	-
Nigeriano	65 000	-	65 000	-	-	-	-	-	-	-
Rio Zulia	58 000	-	-	-	-	-	58 000	-	-	-
L. N. G.	149 000	121 399	-	-	149 000	121 399	-	-	-	-
Pillon	-	19 842	-	-	-	-	-	-	-	19 842
	14 639 000	16 705 316	6 287 000	6 647 167	2 063 000	2 629 514	5 749 000	7 387 500	41 135	-

Fonte - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.
(*) - Dados sujeitos a retificações.

QUADRO 11

PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO NAS REFINARIAS E FÁBRICA DE ASFALTOS DA PETROBRÁS

1965/1966

QUANTIDADE (em metros cúbicos)

DERIVADOS	Total		Refinaria Presidente Bernades				Refinaria Landulpho Alves		Refinaria Duque de Caxias		ASFOR
	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	1965	1966 (*)	
Gasolina automotiva A	4 142 228	4 944 231	1 512 321	1 697 358	854 007	923 014	1 775 900	2 323 859	-	-	
Gasolina automotiva B	46 960	59 509	17 121	28 888	4 561	4 196	25 278	26 425	-	-	
Querosene	513 944	561 151	178 025	146 759	244 495	257 307	91 424	157 085	-	-	
Óleo diesel	3 864 367	4 336 623	1 553 260	1 680 393	586 709	612 208	1 724 398	2 044 022	-	-	
Óleo combustível	4 539 311	5 042 122	2 361 305	2 424 024	584 344	550 991	1 593 662	2 032 678	-	-	
Gás liquefeito de petróleo	873 729	953 683	255 532	258 667	255 486	277 075	362 711	417 941	-	-	
Resíduos aromáticos	42 145	50 404	35 663	40 681	-	-	6 482	9 723	-	-	
Naftas	-	55 467	-	29	-	1 371	-	54 067	-	-	
Aguarrás mineral	35 597	45 181	34 777	43 839	820	1 342	-	-	-	-	
Hexana	17 730	21 691	12 578	14 826	5 152	6 865	-	-	-	-	
Solvente para borracha	11 631	13 825	11 631	13 825	-	-	-	-	-	-	
Parafina	7 712	4 062	-	-	7 712	4 062	-	-	-	-	
Óleos lubrificantes	5 637	-	-	-	5 637	-	-	-	-	-	
Eteno	18 273	19 554	18 273	19 554	-	-	-	-	-	-	
Propeno	4 604	6 422	4 604	6 422	-	-	-	-	-	-	
Propano	-	5 738	-	2 956	-	-	-	-	-	-	
Asfalto de penetração	214 732	278 533	152 446	167 461	-	2 782	62 286	95 913	7 748	-	
Asfalto diluído	62 703	61 946	47 582	41 436	-	7 411	15 121	12 996	5 989	-	
Navy special	61 720	71 066	-	-	-	1 525	61 720	71 066	-	-	
Querosene para jato	-	29 986	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fluido para isqueiro	29	31	-	-	29	31	-	-	-	-	

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

(*) - Dados sujeitos a retificações.

rafinas (4 062 m³, contra 7 712 em 1965), ao mesmo tempo que postergou o início das operações normais da Unidade de Lubrificantes.

Refinaria Presidente Bernardes (RPBC)
O total de petróleo processado, em 1966, nessa Unidade, alcançou 6 647 167 m³ (6 287 000 m³ em 1965), sendo de 2 408 859 m³ (2 035 000 m³ em 1965) a participação do óleo procedente dos campos produtores do País.

Embora tenha-se verificado expansão na produção de quase todos os derivados produzidos na Refinaria Presidente Bernardes, no ano ora relatado, merece especial destaque o volume alcançado por sua Unidade de asfalto, que operou 716 m³ dia, o maior índice até hoje verificado.

Cumpra, ainda, registrar que a RPBC iniciou, no ano em foco, a produção comercial de propano, derivado este que, anteriormente, era fabricado apenas para consumo próprio da Refinaria, no sistema de refrigeração.

Refinaria Duque de Caxias (REDUC)
— Registrou-se, em 1966, um acréscimo de 28,5% no total de petróleo bruto processado, por essa Unidade, que atingiu a 7 387 500 m³ (5 748 000 m³ em 1965), dos quais 1 931 008 m³ (881 000 m³ em 1965) de óleo nacional.

Nessa Refinaria, anotou-se aumento em todos os itens de derivados produzidos, ressaltando a gasolina A (+30,9%), querosene (+71,8%), GLP (+15,2%), óleo combustível (+27,5%), óleo diesel (+18,5%) e asfalto (+40,7%). Conforme já foi acentuado, a REDUC iniciou a produção de querosene para jato, tendo sido entregues ao consumo cerca de 30 mil m³ desse derivado. Está previsto, inicialmente, uma quota de produção mensal de querosene para jato, de 8 000 m³, o que resultará em apreciável economia de divisas para o País, com a redução das necessidades de importação desse combustível. Essa produção, entretanto, vem reduzindo os rendimentos da Empresa, uma vez que o preço tabelado para o querosene a jato é hoje inferior mesmo, ao do querosene comum.

Fábrica de Asfalto de Fortaleza — Iniciando sua produção em outubro de 1966, essa Unidade processou 41 135 m³ de petróleo asfáltico importado, propiciando uma produção de 7 748 m³ de cimento asfáltico e 5 989 de asfalto diluído.

Além de abastecer o Norte e o Nordeste do País, a Unidade em foco suprirá as referidas regiões no tocante a óleo combustível BPF, que também produz.

NOVAS UNIDADES

Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP)
— Em 1966, foram praticamente concluídos o projeto de engenharia das unidades industriais da Fase I, dessa nova Refinaria, bem como os relativos ao Terminal Marítimo e Oleoduto e à Base de Provento.

Em termos físicos, executou-se, no ano em apreço, um percentual de 13,88% do total da obra da Refinaria, atingindo-se, até 1966, 42,86% do projeto global de sua construção.

No tocante a custos capitalizados, registrou-se, no ano relatado, um total de Cr\$ 20,9 bilhões, que elevam os investimentos já realizados até o presente, na construção dessa Unidade, a cerca de Cr\$ 51 bilhões.

Refinaria Gabriel Passos (REGAP) — Até o final de 1966, em termos físico, as obras de construção dessa nova Unidade alcançavam a 44,7% do total, sendo que, no referido ano, atingiu-se um percentual de realização da ordem de 15,9%.

Os custos capitalizados na construção dessa Refinaria, atingiram à soma de Cr\$ 21,2 bilhões, em 1966, com um total acumulado, até o presente, de cerca de Cr\$ 38,5 bilhões.

PETROQUIMICA

Fertilizantes — Não se repetiram, em 1966, os excelentes resultados operacionais obtidos no ano anterior, pela Fábrica de Fertilizantes, da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Apenas o nitrato de amônio registrou uma produção quantitativa maior e qualitativamente melhorada.

Os dados do Quadro 12 mostram as reduções observadas na produção de cada derivado, cujas razões são devidas:

- a) — quanto à amônia — dificuldades operacionais que determinaram queda de atividade dos catalizadores, e de ordem mecânica, resultante de defeito em compressor;

- b) – quanto a ácido nítrico – falta de matéria-prima e dificuldades operacionais, destacando-se os problemas de instrumentação e da queima de motores de compressores;
c) – quanto a nitrocálcio – falta de matéria-prima.

QUADRO 12

PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES

1965/1966

PRODUTOS	Quantidade (em toneladas)	
	1965	1966 (*)
Amônia (°)	27 283	17 635
Ácido Nítrico (°)	77 411	48 023
Nitrato de Amônio	6 536	7 838
Nitrocálcio	57 599	16 785

FONTE – Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS

(°) – Inclui a produção utilizada como matéria-prima para os demais produtos.

(**) – Dados sujeitos a retificações.

Eteno e Propeno – As Unidades produtoras de eteno e propeno produziram, em 1966, quantidades que superam as obtidas no ano anterior, conforme nos mostra o Quadro abaixo:

(Em m³)

PRODUTOS	1965	1966
Eteno	18 373	19 554
Propeno	4 549	6 422

Borracha Sintética – Com um total de 48 105 toneladas, que representa um acréscimo de 35% sobre os quantitativos obtidos em 1965, a Fábrica de Borracha Sintética (FABOR), do Conjunto Petroquímico Presidente Vargas registrou, em 1966, novo recorde de produção.

QUADRO 13

PRODUÇÃO DE ELASTÔMEROS

1965/1966

Tipo	Quantidade (em toneladas)	
	1965	1966 (**)
S B R - 1 500	4 905	9 045
S B R - 1 502	8 009	13 651
S B R - 1 710	5 499	7 548
S B R - 1 712	17 029	17 593
B C	311	268
TOTAL	35 753	48 105

FONTE – Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS.

(°) – Dados sujeitos a retificações.

O Quadro 13 coteja os resultados obtidos na fabricação de elastômeros, nos dois últimos anos.

Fato marcante a registrar, no ano findo, no tocante a FABOR, foi o importante avanço das obras de construção da Unidade de Butadieno – matéria-prima essencial à fabricação de borracha – com capacidade de 38 mil toneladas/ano. Esta Unidade entrará em produção em princípio de 1967, e que determinará prescindir o País das importações dessa matéria-prima, resultando numa economia de divisas da ordem de us\$ 5 milhões anuais.

Investimentos no Setor Petroquímico – Quanto aos programas de investimentos, em andamento, na petroquímica, cumpre esclarecer que prosseguiram ativamente, em 1966, as obras de construção das novas Unidades de Pré-fracionamento, Recuperação de Aromáticos, Reforma Catalítica, Pirólise de Eteno, tôdas no âmbito da Refinaria Presidente Bernardes.

Ao que se espera, as unidades de Reformaçaõ Catalítica e a de Extraçaõ de Aromáticos deverão entrar em operaçaõ no segundo semestre de 1967, enquanto a de Pirólise do Eteno iniciará suas atividades no último trimestre do referido ano.

Quanto ao Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB), prosseguiu-se na execuçaõ do projeto de detalhamento das Unidades de Amônia e de Uréia, devendo iniciar-se, em 1967, a fase de compras de materiais e equipamentos, caso venham a se concretizar os esquemas financeiros já em fase adiantada de negociaçaõ.

SUPERINTENDÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO

Prosseguiram ativamente, em 1966, as obras de construçaõ da Usina Protótipo de Irati, que irá processar os xistos do Paraná. Elaboraram-se projetos de processamento das Unidades Industriais, bem como o detalhamento dos projetos de construçaõ das Unidades de Apoio.

Na Usina Pilôto "Monteiro Lobato", em Tremembé, foram introduzidas modificações no esquema operacional, realizando-se testes do Programa de Estudos de Variáveis de Processo.

Por outro lado, foram intensificadas as pesquisas geológicas, selecionando-se áreas de mineraçaõ de maior produtividade econômica.

PESQUISAS TECNOLÓGICAS

As atividades de pesquisas tecnológicas, em 1966, concentraram-se na execuçaõ de programas referentes a: craqueamento catalítico, reformaçaõ catalítica, óleos lubrificantes, argilas e borracha sintética. Quanto a craqueamento catalítico, o objetivo foi verificar, em escala pilôto, a influência das variáveis de operaçaõ, visando a maximizaçaõ de produçaõ de CLP. Os

estudos sôbre óleos lubrificantes, realizados em equipamento de bancada, conduziram à determinaçaõ do número de estágios mais adequado para a extraçaõ de aromáticos de óleos lubrificantes, por fenol. No tocante às argilas, os estudos contemplaram a determinaçaõ da possibilidade de substituir o produto importado (bauxito porocel) pelo existente no Brasil, convenientemente ativado.

Por outro lado, iniciaram-se a análise e a avaliaçaõ de certos produtos, através de testes de processamento, visando obter-se óleos de extensãõ para borracha sintética.

Ainda dentro das atividades de pesquisa, cabe ressaltar, finalmente, o esforço dispendido nas avaliações de vários petróleos, com vistas ao seu aproveitamento econômico e racional.

9

TRANSPORTE

Em 1966, foram incorporados à Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE), quatro navios-tanques: "Jacuipe", "Buracica", "Quererá" e Carmópolis", cada um com 10 500 tdw de capacidade, devendo ser utilizados no transporte de petróleo e derivados, na cabotagem, e, posteriormente, na navegação de longo curso. Por outro lado, foi retirado do tráfego, por obsolência, o "Rio Grande do Sul", com 1 970 tdw. Assim sendo, a Frota Nacional de Petroleiros, no final de 1966, contava com 43 navios (41 em 1965), totalizando 635 498 tdw (595 702 em 1965).

Durante o ano, prosseguiu a construção dos navios-tanques "D. João" e "Casarongongo", de 10 500 tdw cada, últimos de uma série de seis encomendados, em 1962, aos Estaleiros nacionais, e que deverão ser incorporados em 1967.

ATIVIDADES DA FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS

Os navios próprios da FRONAPE e os por ela afretados transportaram, em 1966, cerca de 13,3 milhões de toneladas métricas de óleo cru e derivados (12,0 mi-

lhões em 1965), dos quais 4,9 milhões no longo curso (5,1 milhões em 1965). Essas cifras correspondem a uma produção de 27,5 bilhões de toneladas-milhas (25,4 bilhões em 1965), sendo 21,8 bilhões no longo curso (20,4 bilhões em 1965).

Na movimentação de carga transportada, foram utilizados, em média, 607 115 tdw de navios próprios (596 mil em 1965) e de 473 830 tdw de navios afretados, num total de 1 080 945 tdw (1 035 mil em 1965). Da tonelagem afretada, 86 000 tdw foram sob a modalidade de contrato a longo prazo, e 387 830 tdw sob as condições de viagem simples.

TERMINAIS MARITIMOS

Terminal Marítimo Alves Câmara (TEMADRE) — Este Terminal, localizado em Madre-de-Deus (Bahia), e destinado ao abastecimento de petróleo bruto à Refinaria Landulpho Alves e ao escoamento dos derivados por ela produzidos, foi visitado, em 1966, por 500 navios (382, em 1965), com uma movimentação de 6,2 milhões de m³ de petróleo e derivados (5,2 milhões em 1965).

Procurando melhorar os índices operacionais dessa Unidade, foi concluída (conforme previsto), no ano recém-findo, a obra de balizamento luminoso do Canal de Acesso ao Terminal, bem como iniciadas várias obras, entre as quais destaca-se a que determinará aumento considerável da capacidade de bombeio de óleo cru. Tiveram andamento satisfatório as obras de construção de uma casa de caldeiras e a montagem de uma linha de 24 polegadas, no Suape-Mirim.

Terminal Marítimo Almirante Tamandaré (TEGUÁ) — Destinado ao abastecimento de petróleo bruto à Refinaria Duque de Caxias, bem como processando o escoamento dos derivados ali produzidos, teve ainda sob seu encargo, o referido Terminal, a tarefa de recebimento de matéria-prima destinada à Fábrica de Borracha Sintética (FABOR).

O Terminal Marítimo Almirante Tamandaré foi visitado, em 1966, por 495 navios (443, em 1965), tendo movimentado em suas instalações cerca de 11,0 milhões de m³ de petróleo e derivados (8,5 milhões em 1965).

Visando melhor atender às necessidades da Refinaria e da Fábrica de Bor-

racha, foram iniciados os estudos sobre a possibilidade de ampliação desse Terminal.

OLEODUTO RIO-BELO HORIZONTE - (ORBEL)

Inaugurado em maio do ano recém-findo, este Oleoduto tem uma extensão de 365 km e, está capacitado a transferir, inicialmente, para Belo Horizonte, cerca de 11 000 m³ diários de derivados claros de petróleo (gasolina e diesel), podendo ainda ter ampliada esta capacidade para 16 000 m³ diários. Embora esteja sendo utilizado, presentemente, na transferência de derivados o ORBEL destina-se, sobretudo, ao transporte de petróleo bruto para a Refinaria Gabriel Passos, em construção.

Em sete meses de funcionamento, em 1966, foram movimentados pelo oleoduto 318 000 m³ de derivados de petróleo.

OBRAS EM ANDAMENTO

Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) — Esse Terminal marítimo, cuja finalidade principal é abastecer de óleo cru a Refinaria Presidente Bernardes, teve, em 1966, suas obras de construção bastante aceleradas. Na Estação inicial, ultima-

ram-se os serviços de terraplanagem e drenagem, fundações para os tanques de armazenamento, montagem dos tanques relativos à primeira fase, montagem de caldeiras e dos intercambiadores de calor, estrutura do concreto da Casa de Bombas e sistema de iluminação. A Estação Intermediária apresentou, ao final do ano, cerca de 66% das obras de edificação concluídas, bem como 100% dos serviços referentes à adução de água potável. O término das obras do Terminal está previsto para o primeiro semestre de 1967.

Terminal de Carmópolis – TECARMO (Aracaju) – Essa obra destina-se ao escoamento da produção de petróleo do novo campo de Carmópolis, Estado de Sergipe. Coroando os esforços realizados durante o ano, foi inaugurado, conforme previsto, em dezembro de 1966, o sistema provisório de oleoduto e terminal para o escoamento do petróleo produzido naquela área. Estima-se que até meados de 1967 o Terminal esteja completamente pronto.

10

ATIVIDADES COMERCIAIS

COLOCAÇÃO DO PETRÓLEO BRUTO
NACIONAL

Em 1966, pelo terceiro ano consecutivo, todo o petróleo produzido no País (6 623 663 m³) foi absorvido internamente, distribuindo-se, por refinaria, nas seguintes proporções: Refinaria Landulpho Alves (Bahia) 37%, Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão) 34% e Refinaria Duque de Caxias (Rio de Janeiro) 29%. Em confronto com o ano anterior, a colocação interna do Petróleo nacional aumentou de 19%, elevando-se a 33% a sua participação no total de petróleo de tôdas as procedências, processados pelo conjunto das refinarias do País. No total processado pelas refinarias da PETROBRÁS a participação do petróleo importado foi de 60,6% em 1966. As refinarias particulares processaram 100% de petróleo importado o referido ano.

O Quadro 14 apresenta cifras referentes à evolução da colocação do petróleo nacional, no período 1954/1966.

QUADRO 14

COLOCAÇÃO DO PETRÓLEO NACIONAL
1954/1966

ANOS	PRODUÇÃO	QUANTIDADE (m ³)		
		COLOCAÇÃO		NO EXTERIOR
		NO PAÍS		
		PETROBRÁS	REFINARIAS PARTICULARES	
1954	175 680	141 620	—	—
1955	321 565	321 565	—	—
1956	645 258	574 986	10 980	—
1957	1 606 730	1 453 430	73 730	18 250
1958	3 008 695	1 482 265	28 470	1 311 445
1959	3 750 740	1 996 915	—	1 723 895
1960	4 708 590	3 746 010	—	735 294
1961	5 530 845	4 054 785	—	1 325 680
1962	5 310 750	4 967 285	22 265	346 750
1963	5 677 940	5 159 275	66 795	400 770
1964	5 296 229	5 294 190	25 986	—
1965	5 460 354	5 544 096	—	—
1966	6 748 889	6 623 663	—	—

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS (DECOM e DEXPRO).

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO

O suprimento de petróleo de origem externa, em 1966, transcorreu sem qualquer anormalidade, tendo continuado a haver abundância do produto de diversas origens e de tôdas as qualidades. Além de compras suplementares realizadas, a Empresa promoveu uma concorrência internacional, visando a aquisição de cerca de 11 128 775 m³ de petróleo bruto, para fornecimento durante um ano, a partir de julho de 1966. Continuou, assim, a Empresa, com orientação de compras que mais se ajusta às condições favoráveis que o mercado internacional apresenta aos compradores de petróleo.

O comportamento das importações brasileiras do petróleo, a partir de 1954, pode ser apreciado nos Quadros 15 e 16. Ressaltam, desde logo, os reflexos benéficos para a economia do País, da política de compras adotada, que, utilizando o poderoso instrumento do monopólio das importações de petróleo e derivados (Decre-

to n.º 53 337, de 23 de dezembro de 1963), obteve constantes reduções dos preços unitários de importação do petróleo. Com efeito, não obstante terem as quantidades importadas em 1966 superado em 6% às de 1964, os gastos totais correspondentes, em dólares, apresentam-se sensivelmente menores.

Cumprir evidenciar que o aumento das importações de petróleo bruto, no ano recém-findo, se deveu a uma recuperação do consumo de derivados, aliada ao início de operações das fábricas de Asfalto, da Empresa — a de Madre-de-Deus e a de Fortaleza —, inauguradas no decorrer desse período. Registrou-se, em consequência, elevação na quantidade de petróleo processado (+ 2,0 milhões de m³), cujo atendimento se deu, parte pela expansão da produção interna de óleo cru (1,2 milhões de m³) e parte pelo acréscimo das importações (+ 7% em confronto com 1965).

Fato importante a registrar, no tocante às importações brasileiras de petróleo

QUADRO 15

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PETRÓLEO BRUTO

1954/1966

ANOS	QUANTIDADE (1 000 m ³)			VALOR CIF (US\$ 1 000)		
	TOTAL	PETROBRÁS	PARTICULARES	TOTAL	PETROBRÁS	PARTICULARES
1954	166	37	129	3 777	840	2 937
1955	4 123	2 268	1 855	77 070	40 000	37 070
1956	5 764	3 341	2 323	106 070	60 154	45 916
1957	5 716	2 732	2 984	116 684	51 853	64 831
1958	6 670	3 695	2 975	133 265	70 604	62 661
1959	6 773	3 589	3 184	122 632	64 254	58 378
1960	6 704	3 554	3 150	112 632	58 878	53 754
1961	8 904	5 809	3 095	140 300	89 699	50 601
1962	11 986	8 785	3 201	171 114	127 764	43 350
1963	12 099	9 127	2 972	175 031	134 489	45 040
1964	12 471	9 761	2 710	167 658	130 690	36 968
1965	12 295	9 000	3 295	159 833	116 830	43 003
1966	13 199	10 171	3 028	162 254	125 076	37 178

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

QUADRO 16

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEGUNDO A PROCEDENCIA

1954/1966

QUANTIDADE (1 000 m³)

ANOS	Total	Venezuela	Arábia	URSS	Argélia	Iraque	Kuwait	Peru	Colômbia	Nigéria	Irã	Gabon
1954	37	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1955	2 268	1 477	791	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1956	3 441	2 391	1 050	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1957	2 732	1 722	1 010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1958	3 695	2 443	1 252	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1959	3 589	2 360	1 158	71	-	-	-	-	-	-	-	-
1960	3 554	1 936	1 577	41	-	-	-	-	-	-	-	-
1961	5 809	3 153	2 413	243	-	-	-	-	-	-	-	-
1962	8 785	4 826	3 743	180	36	-	-	-	-	-	-	-
1963	9 127	4 424	3 499	318	820	66	-	-	-	-	-	-
1964	12 471	5 103	1 258	2 188	210	2 663	939	110	-	-	-	-
1965	12 295	4 757	1 084	2 742	-	2 229	1 238	114	59	72	-	-
1966	13 199	3 570	2 525	2 556	-	2 367	1 485	83	-	441	105	67

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

bruto, é a consolidação da diretriz adotada pela Empresa, de diversificar as fontes supridoras dessa matéria-prima. Enquanto em 1954, apenas a Venezuela figurava como nosso único fornecedor, em 1966 nove eram os países fornecedores desse combustível, ao Brasil. O Quadro 16 mostra o comportamento das importações brasileiras de petróleo, segundo as fontes de origem.

IMPORTAÇÃO DE DERIVADOS PARA REVENDA NO MERCADO INTERNO

Gás Liquefeito de Petróleo – Face ao incremento observado, em 1966, no consumo desse combustível, suas importações cresceram de 33% em confronto com a de 1965, muito embora a produção interna de GLP tenha-se expandido de 9%.

A comparação entre os preços CIF dos fornecimentos extremos de GLP nos dois anos citados, indica uma economia de divisas de cerca de us\$ 504 mil.

O Quadro 17 acompanha a evolução de nossas importações de gás liquefeito de petróleo, no período 1954/1966.

Combustível Para Aviação – A PETROBRÁS importou, para revenda, em 1966, 137 mil toneladas de gasolina para aviação (159 mil toneladas em 1965) e 287 mil toneladas de querosene para jato (272 mil toneladas em 1965), nos valores, respectivamente, de us\$ 6,8 milhões (us\$ 8,2 milhões em 1965) e 7,7 milhões (us\$ 7,5 milhões em 1965). A expansão havida na importação do querosene para jato e a redução na de gasolina para aviação se devem à progressiva substituição das aeronaves de tipos convencionais pelas movidas a turbina, em decorrência dos programas de modernização da frota aérea comercial do País.

Tendo-se presente a comparação entre os preços pelos quais esses combustíveis deveriam ser adquiridos no mercado internacional (publicados no "Platt's Oilgram") e aqueles preços FOB realmente conseguidos pela PETROBRÁS, como executora do monopólio das importações, deduz-se ter havido uma economia de divisas para o País, da ordem de us\$ 3 milhões, no ano recém-findo, obtida nas importações desses derivados petrolíferos.

QUADRO 17

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

1954/1966

ANOS	PRODUÇÃO (t)	IMPORTAÇÃO	
		QUANTIDADE (t)	VALOR CIF (US\$ 1 000)
1954	1 603	47 543	8 120
1955	48 433	29 864	5 071
1956	119 747	46 439	4 961
1957	170 494	25 183	2 568
1958	179 593	59 320	5 965
1959	210 619	85 035	8 423
1960	243 994	125 504	12 159
1961	273 849	155 117	11 755
1962	289 337	233 280	16 432
1963	356 507	258 403	16 063
1964	473 101	246 513	14 382
1965	572 730	172 747	10 115
1966	788 569	229 424	12 783

FONTES – Conselho Nacional do Petróleo e Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁ.

Cumprе ressaltar, por fim, que, em 1966, pela primeira vez, ocorreu a venda, pela PETROBRÁS, de 12 202 m³ de querosene para jato, produzidos pela Refinaria Duque de Caxias.

Óleos Lubrificantes — Foram importados, pela PETROBRÁS, em 1966, 305 229 m³ de óleos lubrificantes básicos a granel, no valor CIF de us\$ 21 780 mil, contra 225 889 m³ e us\$ 19 106 mil em 1965.

Parafinas — Durante 1966, foram adquiridas, no exterior, 19 331 toneladas de parafinas (10 901 toneladas em 1965), no valor us\$ 2 899 mil (us\$ 1 701 mil em 1965). Parte dessas aquisições foram processadas na área de moeda-convênio, com apreciável economia de divisas.

Óleo Combustível — Face a desequilíbrio, temporário e acidental, ocorrido em agosto, entre a produção nacional e o consumo de óleo combustível, foram importadas 17 345 toneladas desse produto, cujo valor totalizou us\$ 212 mil.

Resíduos Aromáticos — Para completar a produção nacional, foram importadas, para revenda, 24 611 toneladas de resíduos aromáticos (12 511 toneladas em 1965) no valor CIF de us\$ 565 mil (us\$ 251 mil em 1965).

Solventes — Em 1966, foram importadas 1 857 toneladas de solventes, cujo valor CIF de us\$ 118 mil.

Importação de Matéria-Primas Para Fabricação de Borracha Sintética — A PETROBRÁS, para processamento na Fábrica de Borracha Sintética (FABOR), importou, de 1961 a 1966, as quantidades de butadieno e estireno indicadas no Quadro 18. As aquisições de etilbenzeno, constantes no Quadro, foram destinadas a atendimento de terceiros.

VENDAS DE DERIVADOS

A recuperação no consumo dos derivados do petróleo, verificada em 1966, fêz com que o volume total das vendas da PETROBRÁS, aumentasse, no ano em foco, de 13,3%, relativamente às de 1965.

Dentre os principais derivados, registraram aumentos significativos no movimento de vendas; o óleo "navy special" (+ 19,7%), o óleo combustível APF (+ 17,2%), as gasolinas automotivas A e B (+ 17,5%) e o óleo diesel (+ 12,5%). O gás liquefeito de petróleo registrou um aumento de 9%. O Quadro 19 discrimina as quantidades de cada produto vendido, em 1966 e 1965, indicando a estrutura de produção naqueles dois anos.

Nitrocálcio e Produtos Nitrogenados — Razões de ordem técnica determinaram queda na produção de nitrocálcio, em 1966, pela Fábrica de Fertilizantes da Refinaria

QUADRO 18

IMPORTAÇÃO DE BUTADIENO, ESTIRENO E ETILBENZENO

1961/1966

ANOS	BUTADIENO		ESTIRENO		ETILBENZENO	
	Quantidade (t)	Valor CIF (US\$ 1 000)	Quantidade (t)	Valor CIF (US\$ 1 000)	Quantidade (t)	Valor CIF (US\$ 1 000)
1961	1 844	541	—	—	1 782	226
1962	13 337	4 251	—	—	6 010	772
1963	17 115	4 507	400	108	5 138	652
1964	19 379	4 561	4 060	797	2 500	320
1965	19 158	4 789	5 682	1 034	699	82
1966	32 845	7 617	9 106	1 577	459	54

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

QUADRO 19

**ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E VENDAS DE DERIVADOS
PRODUZIDOS PELAS REFINARIAS DA PETROBRÁS (1)**

1965/1966

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO (%)		PRODUTOS	QUANTIDADE (m³)		VARIACÃO (%)	
1965	1966		1965	1966		
6,1	5,9	Gás liquefeito de petróleo	870 106	947 992	+	9,0
29,3	30,5	Gasolina automotiva A e B	4 195 316	4 928 299	+	17,5
3,8	3,5	Querosene	500 765	535 276	+	6,9
26,4	26,4	Óleo combustível	3 728 816	4 195 705	+	12,5
31,2	29,8	Óleo diesel	3 695 656	4 025 709	+	8,9
12,9	13,5	APF	1 385 588	1 623 445	+	17,2
18,3	16,3	BPF	2 310 068	2 402 264	+	4,0
0,4	0,4	Óleo "Navy special"	60 450	72 370	+	19,7
0,3	0,3	Resíduo aromático	40 633	46 833	+	15,3
1,5	1,7	Cimento asfáltico	219 654	276 452	+	25,9
0,4	0,4	Asfalto diluído	57 603	49 478	-	14,1
0,2	0,3	Aguarrás	35 068	42 194	+	20,3
0,1	0,1	Solventes para borracha	11 654	13 155	+	12,9
0,1	0,1	Hexano	18 024	20 758	+	15,2
0,1	0,1	Eteno	18 065	20 137	+	11,5
10,0	0,0	Propeno	4 464	6 487	+	45,3
-	0,0	Gasóleo	136	527	+	287,5
0,1	0,0	Parafinas	6 510	4 005	-	38,5
0,0	-	Óleo lubrificantes	81	5 292	+	6 433,3
0,0	0,0	Fluido para isqueiro	28	21	-	25,0
0,0	0,0	Propano especial	99	2 631	+	2 557,5
-	0,2	Querosene para jato	-	12 202	-	-
0,0	0,3	Nafta	-	50 566	-	-
100,0	100,0	TOTAL	13 463 128	15 256 089	+	13,3

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

(1) Inclusive as entregas ao Departamento Comercial da PETROBRÁS para distribuição aos consumidores e revendedores, e exclusive os fornecimentos internos.

QUADRO 20

VENDAS DE NITROCÁLCIO E PRODUTOS NITROGENADOS

1959/1966

ANOS	QUANTIDADE (toneladas)				
	NITROCÁLCIO	ÁCIDO NÍTRICO	AMÔNIO	NITRATO AMÔNIO	NITROCÁLCIO ESPECIAL CONCENTRADO
1959	45 046	368	21	41	-
1960	58 773	605	227	21	-
1961	59 638	1 292	1 005	314	-
1962	57 045	1 821	1 917	2 034	-
1963	55 468	1 946	2 440	3 490	-
1964	25 138	3 904	3 228	5 110	-
1965	58 633	15 894	4 339	6 564	-
1966	19 260	18 883	5 196	7 873	528

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

Presidente Bernardes (Cubatão). No entanto, obteve-se expansão razoável nos quantitativos dos outros nitrogenados.

O Quadro 20 apresenta a evolução das vendas de nitrocálcio e outros nitrogenados, no período 1959/1966.

Borrachas Sintéticas — A expansão das vendas de borrachas sintéticas, em 1966, tanto no País como ao exterior, permitiu melhor utilização da nossa capacidade de produção desse derivado.

No Quadro 21 encontram-se discriminadas as vendas de borrachas sintéticas, nos últimos cinco anos. Vê-se que as quantidades vendidas, no ano passado, expandiram-se de 33%, as destinadas ao mercado interno, e de 57% as dirigidas ao mercado externo.

FATURAMENTO GERAL

O faturamento geral da Empresa, em 1966, exclusive os valores dos fornecimentos internos, alcançou Cr\$ 2 062 115 milhões, contra Cr\$ 1 528 291 milhões em 1965.

O Quadro 22 discrimina, por atividade, os valores desse faturamento, anotando-se que as três refinarias da PETROBRÁS contribuíram com 67,5% do total consignado no ano recém-findo.

DISTRIBUIÇÃO

Vendas — O desenvolvimento da atividade de distribuição levou a PETROBRÁS

a uma participação, no ano passado, correspondente a 13% do mercado nacional, situando-a como a terceira Empresa Distribuidora do País, em termos de volume de vendas.

Em 1964 e 1965, as vendas a órgãos do Governo, inclusive sociedades de economia mista, representavam, respectivamente, cerca de 83% e 61% do total das vendas diretas; em 1966, essa participação relativa diminuiu para cerca de 58%. Enquanto isso, os consumidores particulares absorveram 35% e os revendedores 7%.

Postos Revendedores — A Empresa contava, em 31 de dezembro de 1965, com 89 postos revendedores de produtos de petróleo, localizados em sete estados. Em fins do ano passado essa rede atingiu 174 postos, assim distribuídos:

Bahia	56
Minas Gerais	15
Rio de Janeiro	13
Paraná	12
São Paulo	58
Goiás	2
Mato Grosso	1
Distrito Federal	5
Guanabara	12

Atualmente, a atividade de distribuição da PETROBRÁS se estende pelos estados acima mencionados e mais pelos estados do Ceará, de Sergipe e Rio Grande do Sul.

Investimentos — Destacam-se, entre os investimentos realizados pela PETROBRÁS,

QUADRO 21

VENDAS DE BORRACHAS SINTÉTICAS

1962/1966

ESPECIFICAÇÃO	1962	1963	1964	1965	1966
QUANTIDADE (t)	14 359	26 957	33 136	34 887	48 101
No País	14 359	25 477	28 036	27 838	37 061
No Exterior	—	1 480	5 100	7 049	11 040
VALOR (Cr\$ 1 000)	3 243 276	8 447 970	23 691 957	33 368 465	54 981 752
No País	3 243 276	8 086 676	21 066 255	27 659 989	44 069 137
No Exterior	—	361 294	2 625 702	5 708 476	10 912 615

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

QUADRO 22**FATURAMENTO GERAL DA PETROBRÁS**

1965/1966

ESPECIFICAÇÃO	FATURAMENTO (milhões de cruzeiros)	
	1965	1966
PRODUÇÃO	580	736
Região de Produção da Bahia (1)	580	736
REFINAÇÃO E PETROQUÍMICA	1 121 308	1 447 290
Refinaria Presidente Bernardes	460 157	562 506
Refinaria Duque de Caxias	421 443	578 170
Refinaria Landulpho Alves	206 340	251 632
Conjunto Petroquímico Presidente Vargas	33 368	54 982
TRANSPORTE MARÍTIMO	94 381	138 970
Frota Nacional de Petroleiros	94 381	138 970
IMPORTAÇÃO PARA TERCEIROS	173 369	222 472
Petróleo Bruto	78 630	84 847
Derivados	94 739	137 625
SUPRIMENTO	—	28 634
SERDIS — BA	—	49
Distrito de Belo Horizonte	—	27 272
Distrito de Fortaleza	—	1 313
DISTRIBUIÇÃO	138 653	224 013
SERDIS — CB	65 071	100 008
SERDIS — SP	56 172	94 555
SERDIS — RS	8 341	12 636
SERDIS — BA	9 069	16 178
DISFOR	—	636
TOTAL GERAL	1 528 291	2 062 115

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

NOTA: O valor do faturamento das refinarias não inclui o valor das entregas de produtos ao Departamento Comercial da Empresa, para distribuição a revendedores e consumidores, nem o valor dos fornecimentos internos.

(1) Refere-se ao faturamento de gás natural.

em 1966, na atividade de distribuição, o término da construção da Base de Provitamento de Betim, em Minas Gerais, e o prosseguimento das obras da Base de Canoas, no Rio Grande do Sul. A Base de Betim, inaugurada em agosto, é a primeira grande Base de Distribuição que a Empresa coloca a serviço do mercado consumidor de derivados do petróleo. Nela, foram investidos cerca de Cr\$ 3,8 bilhões.

Com referência à Base de Canoas, prosseguiram as obras, esperando-se esteja concluída em 1967. Foram iniciados os projetos de construção das Bases de Duque de Caxias, São Paulo, Brasília e Vitória. Estas, ao lado das Bases de Ilhéus e Betim, acrescentarão ao parque de abastecimento nacional cerca de 394 250 metros cúbicos na capacidade de armazenagem — aproximadamente 30% da capacidade atualmente utilizada pelas demais companhias distribuidoras.

Em 1966, foi celebrado um convênio entre a PETROBRÁS e a Companhia Vale do Rio Doce, para o que a primeira construa, em terreno da segunda, em Tubarão (Espírito Santo), uma Base de Provitamento de derivados de petróleo, destinada a atender às necessidades de derivados daquela Companhia, bem como do mercado local.

Foram criados os Distritos de Distribuição de Curitiba (DISCOR), Brasília (DISBRÁS) e de Fortaleza (DISFOR), enquanto prosseguiram os estudos e as medidas preliminares destinados à criação do Distrito de Recife.

Com decorrência da Lei 4 452, de 5 de novembro de 1964, e das Resoluções 8/65 e 7/66 do Conselho Nacional do Petróleo, durante 1966, no tocante à adaptação da indústria nacional à utilização de óleo combustível de alto ponto de fluidez (APF), foram registrados setenta pedidos de financiamento, dos quais sessenta de consumidores, quatro de transportadores e seis de distribuidores, tendo sido assinados cinco contratos, totalizando Cr\$ 408 140 866 e representando um consumo potencial de 6 590 toneladas mensais.

Cabe ressaltar que é significativo o mercado que, presentemente, se vem aparelhando para, a curto prazo e através do financiamento em apêço, consumir óleo combustível APF. Ele é da ordem de 58 314 toneladas por mês, quantidade que, adicionada às 135 000 toneladas/mês do mercado atual de APF, aumentará seu consumo para cerca de 193 000 toneladas mensais.

QUADRO 23

VENDAS NA DISTRIBUIÇÃO

1965/1966

PRODUTOS	QUANTIDADE (m ³)		VARIACÃO (%)
	1965	1966	
Gasolina automotiva A	212 078	277 495	+ 30,8
Gasolina automotiva B	2 106	3 499	+ 66,1
Querosene	13 855	17 309	+ 24,9
Óleo diesel	488 489	610 521	+ 25,0
Óleo combustível	919 856	1 195 582	+ 30,0
APF	435 207	563 845	+ 29,6
BPF	484 649	631 737	+ 30,3
Óleo "Navy special"	60 269	67 497	+ 12,0
Hexano	2 267	2 197	- 3,0
Aguarrás	51	52	+ 2,0
Cimento asfáltico	—	4 181	—
Asfalto diluído	1 968	10 344	+ 425,6
TOTAL	1 700 939	2 188 677	+ 28,7

FONTE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

11

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

ASSEMBLEIAS GERAIS

Em 1966 foram realizadas uma Assembléia Geral Ordinária, a 15 de março, e duas Assembléias Gerais Extraordinárias, a 27 de setembro e 29 de dezembro.

A Assembléia Geral Ordinária, aprovou, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, o Relatório, o Balanço Geral e a respectiva Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, referentes ao exercício de 1965, na conformidade do voto proferido pelo Representante da União Federal.

A primeira Assembléia Geral Extraordinária, além de eleger um membro do Conselho de Administração, aprovou, por unanimidade de votos, o Balanço Geral e as Contas do Exercício de 1963, bem como a retificação gráfica da apresentação do Balanço Geral referente ao exercício de 1965.

A segunda Assembléia Geral Extraordinária aprovou, por unanimidade de votos, a fixação dos novos limites de distribuição das ações ordinárias e preferenciais, na constituição do capital social de Cr\$ 345 bilhões, o qual homologou na mesma oportunidade. Aprovou, ainda, a alteração do disposto no artigo 5.º dos Estatutos da Sociedade, em consequência da decisão proferida pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 1965, que elevou de Cr\$ 200 para Cr\$ 1 000 o valor nominal das ações ordinárias e preferenciais da PETROBRÁS.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

O Conselho de Administração, na forma das disposições estatutárias, realizou 27 reuniões durante o ano de 1966.

Por decisão unânime da Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro último, foi eleito o Professor Sylvio Fróes Abreu para exercer a função de membro do Conselho de Administração, na vaga decorrente do término do mandato do Professor Osório da Rocha Diniz. O novo Conselheiro tomou posse a 28 do mesmo mês.

O Conselho Fiscal realizou oito reuniões, no curso das quais apreciou o Relatório de Atividades e a Conta de Lucros e Perdas, referentes a 1965, bem como os balancetes dos dois últimos trimestres de 1965 e dos primeiro, segundo e terceiro trimestres do ano de 1966.

Em face do impedimento do Conselheiro efetivo, Sr. Moacyr de Araujo Pereira, foi convocado para assumir as fun-

ções o seu suplente, Sr. Antônio Augusto Gaspar

Foram, ainda, apreciadas, pelo Conselho Fiscal, medidas de ordem administrativa que a Diretoria Executiva, em prosseguimento à diretriz adotada no ano passado, vem submetendo previamente aos senhores Conselheiros, objetivando um estreito e profícuo entrosamento com o órgão fiscalizador da Empresa.

Por Decreto do Senhor Presidente da República, de 29 de abril de 1966, foi reconduzido ao cargo de Diretor da PETROBRÁS, o Engenheiro Geonísio Carvalho Barroso cujo novo mandato iniciou-se a 11 de maio de 1966.

Também por Decreto do Senhor Presidente da República, de 30 de junho de 1966, foi nomeado Presidente da PETRÁBROS o Engenheiro Irnack Carvalho do Amaral, em substituição ao Marechal Ademar de Queiroz, que deixou o cargo para ocupar as elevadas funções de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. A posse do novo titular verificou-se a 4 de julho de 1966.

A Diretoria Executiva realizou 110 reuniões.

RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO

No decorrer de 1966, além de permanente contato com o Ministério das Minas e Energia, manteve, a Empresa, entendimento com diversas autoridades do País, visando à solução de casos relevantes. Dessa forma, obteve-se o registro da PETROBRÁS no Cadastro Geral de Contribuintes, do Ministério da Fazenda, facilitando essa medida, sobretudo, as relações da Empresa com o Fisco.

Por outro lado, cabe registrar, como resultado mais importante obtido nos contatos com o Banco Central da República, o registro da PETROBRÁS como Sociedade de Capital Aberto, a primeira Empresa de Economia Mista, aliás, a obter esse tratamento.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Em 1966, apresenta-se como tarefa de destaque, a implantação do Serviço de Planejamento, com atribuições normativas em relação à formulação da política econômica da PETROBRÁS, de modo que os seus programas de trabalho apresentem consistência interdepartamental.

Dessa forma, estruturou-se um Serviço com a incumbência de orientar e coordena-

nar a elaboração dos orçamentos anuais; analisar a execução desses orçamentos, inclusive sua revisão; preparar os planos anuais e plurienais de atividades; programar os investimentos necessários e analisar a execução dos planos e programas aprovados; projetar recursos a longo prazo, que definirão as disponibilidades para realização de Programa de Investimentos; realizar estudos relativos à conjuntura econômica nacional e mundial, em particular a referente ao setor petróleo; promover e realizar pesquisas e estudos para o conhecimento dos aspectos econômicos da Empresa e dos mercados onde ela atua; e, finalmente, centralizar as atividades de Estatística da PETROBRÁS, mantendo atualizada a documentação econômica e estatística referente a petróleo e fixar o fluxo de dados e informações indispensáveis ao acompanhamento dos planos em execução.

Também, em 1966, foi criada a Comissão de Planejamento, com a finalidade de proporcionar o debate de normas para a execução, formular recomendações e estabelecer pontos de vista comuns nas questões relacionadas às atividades de planejamento na Empresa.

No tocante à melhoria do rendimento dos serviços administrativos, prosseguiu-se na tarefa de sua mecanização intensiva. Por outro lado, cabe registrar o início de operações de envergadura, quanto às tarefas de pesquisa operacional, com o desenvolvimento de modelos de programação linear, referentes à determinação das alternativas para relação de petróleos a serem importados e sobre transportes por cabotagem.

Quanto à formação de pessoal técnico de nível superior, para as tarefas de perfuração, produção e petroquímica e manutenção, a Empresa levou a efeito diversos cursos de pós-graduação. Também foram remetidos técnicos ao exterior, para aperfeiçoamento nos centros de estudos e pesquisas do petróleo e seus derivados no mundo, nas especialidades de geologia, geofísica, perfuração, produção, reservatório, refinação, manutenção, economia e administração, "engineering" e processamento de dados. O pessoal profissional do nível médio, mereceu, igualmente, treinamento, em cursos ou estágios de diversas especializações. Quanto ao pessoal administrativo, procurou-se aperfeiçoá-lo em cursos sobre administração de pessoal, relações públicas, gerencial, etc.

No tocante à administração de material, em 1966, mereceu especial cuidado a reformulação da política de estocagem

da Empresa, objetivando-se reduzir as imobilizações de recursos em Almoarifados. Dessa forma, procurou-se regularizar a posição dos estoques atuais de diversos materiais, dentro de um procedimento técnico aconselhável, alienando-se os itens excedentes ou obsoletos.

Quanto à execução de compras, os esforços continuaram no sentido da redução do tempo de ressurgimento, buscando-se sempre a minimização dos custos, através a adoção dos modernos métodos de controle e processamento administrativos. Um perfeito entrosamento com os Escritórios, no Exterior, foi estabelecido, resultando em maior dinamismo no processo de importação de materiais, com reflexos positivos nos prazos de entrega.

O mercado interno continuou a suprir elevado percentual das aquisições promovidas pela Empresa (80%) no ano recém-findo, embora em nível menor do que em 1965 (89%). Todavia, cumpre ressaltar que o parque manufatureiro nacional vem intensificando seus programas de nacionalização dos itens de materiais destinados à indústria do petróleo, tendo em 1966, realizado progresso digno de nota nesse sentido.

12

RESULTADOS FINANCEIROS DO EXERCÍCIO

CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL

Ao encerrar-se 1965, do capital social da Empresa, aumentado para Cr\$ 345 bilhões, pela Assembléia Geral de Acionistas, de 24 de novembro de 1965, apontava-se com realizados Cr\$ 309 617 450 960 e como saldo a realizar Cr\$ 35 382 549 040.

Em face, porém, da existência de operações que somente puderam ser registradas no início de 1966, os citados valores ficaram, efetivamente, assim constituídos:

Capital realizado	
até 1965	Cr\$ 309 612 511 770
Capital a rea- lizar em 1966	<u>Cr\$ 35 387 488 230</u>
Capital social	Cr\$ 345 000 000 000

Os recursos para aumento de capital entrados no decorrer de 1966, e provenientes das fontes a seguir descritas, atingiram a um montante de Cr\$ 36 315 301 113, isto é, superior ao saldo a realizar supra-referido.

RECURSOS CONTABILIZADOS EM 1966 PARA A REALIZAÇÃO DO CAPITAL

1. Recursos destinados à integralização de ações ordinárias:	
a) Imposto Único (Art. 13 da Lei n.º 2 004)	Cr\$ 288 047 575
b) Produto dos impostos de importação e consumo sobre veículos automóveis, suas peças e acessórios (Art. 14 da Lei n.º 2 004)	Cr\$ 3 074 058 416
c) Contribuições especiais previstas no art. 48 da Lei n.º 2 004	Cr\$ 5 284 877 850
d) Reinvestimento de dividendos atribuídos à União Federal	Cr\$ 22 286 278 855
e) Reinvestimento de dividendos atribuídos à Estados e Municípios	Cr\$ 526 652 417

f) Subscrição por Pessoas de Direito Privado	Cr\$ 581 000
--	--------------

SOMA	Cr\$ 31 460 496 113
2. Recursos destinados à integralização de ações preferenciais	<u>Cr\$ 4 854 805 000</u>

TOTAL Cr\$ 36 315 301 113

Com isso, o aumento de capital foi totalmente realizado, havendo sido homologado, em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, de 29 de dezembro de 1966, ficando contabilizado, para futuros aumentos, o excedente de entradas daqueles recursos, no valor de Cr\$ 927 812 883.

PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

Registrou-se, em 1966, grande interesse pelos capitais privados em investir na PETROBRÁS.

O número de acionistas, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, aumentou de 30 674 em 1965, para 33 549 em 1966, ou seja, de 9,4%. A sua participação no capital da Empresa elevou-se de 1,98% para 3,18% no ano recém-findo.

O maior acionista da PETROBRÁS, a União Federal, possuidora de 77,1% das ações com direito a voto, é detentora de 74,7% do capital realizado; o restante pertence aos estados e Distrito Federal 17,5%, aos municípios 4,6% e aos acionistas particulares 3,2%.

PAGAMENTO E REINVERSÃO DE DIVIDENDOS

Com base nos lucros verificados no exercício anterior, foi distribuído, em 1966, o 11.º dividendo da Empresa, no valor global de Cr\$ 31 267 074 050 e correspondente a 10% sobre o valor das ações ordinárias e 15% sobre o das preferenciais, sendo Cr\$ 30 349 444 700 relativos àqueles títulos, e Cr\$ 917 629 350 relativos à estes.

A situação desses dividendos (Cr\$ 31 267 074 050) era a seguinte ao término de 1966:

Dividendos pagos ou creditados	Cr\$ 6 182 691 378
Dividendos reinvertidos na integralização de novas ações	Cr\$ 22 041 816 820

Dividendos não reclamados no decorrer do exercício Cr\$ 3 042 565 852

OBRIGAÇÕES

Ao encerrar-se o ano, a situação referente à troca de obrigações assim se apresentava:

SÉRIES EMITIDAS	VALOR I. ^a EMISSÃO	Obrigações entregues em troca das Guias de Recolhimento		SALDO A ENTREGAR
		Em 1966	Até 1966	
1. ^a série	400 000 000	422 800	231 963 800	168 036 200
2. ^a série	450 000 000	789 000	225 285 000	224 715 000
3. ^a série	500 000 000	1 097 600	186 859 000	313 141 000
4. ^a série	550 000 000	1 233 400	147 189 600	402 810 400
TOTAL	1 900 000 000	3 542 800	791 297 400	1 108 702 600

Embora já tenham sido entregues Cr\$ 791 297 400 de Obrigações ao portador, das várias séries, o valor desses títulos, que efetivamente se encontrava em circulação em 31 de dezembro último, era de Cr\$ 388 075 400. Já foram, assim, resgatados, antecipadamente, Cr\$ 403 222 000, sendo Cr\$ 329 970 800 mediante a conversão em ações preferenciais e Cr\$ 73 251 200 através da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O pagamento dos juros desses títulos atingiu em 1966 a Cr\$ 17 650 037.

A LIQUIDEZ DA PETROBRÁS

A situação financeira da Empresa manteve-se, em 1966, no mesmo equilíbrio dos últimos anos.

QUOCIENTE DE LIQUIDEZ SECO

Para cada cruzeiro de exigibilidade imediata conta, a PETROBRÁS, com Cr\$ 1,07.

QUOCIENTE DE LIQUIDEZ NORMAL

O confronto entre o ativo disponível e o realizável a curto prazo, com as exigibilidades a curto prazo, mostra que, em 31 de dezembro de 1966, cada cruzeiro de compromisso dispunha de Cr\$ 1,74 para a sua cobertura.

GARANTIA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 1966, o patrimônio líquido da PETROBRÁS era 1,68 superior aos compromissos.

ÍNDICE DE ROTAÇÃO DE CRÉDITO

O coeficiente em apêço indica um prazo médio de recebimento de 43 dias, contra 44 e 42 dias dos dois exercícios anteriores.

ROTAÇÃO DO CAPITAL FIXO

Esse índice foi de 3,17, em 1966, contra 3,89 em 1965.

APLICAÇÃO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS

A Empresa continua corrigindo, ao fim de cada semestre, os valores, em cruzeiros, equivalentes aos seus débitos por financiamentos no Exterior. Assim, das diferenças resultantes das variações da taxa cambial, parte equivalente foi levada aos custos dos equipamentos em montagem ou obras em andamento e o saldo pertinente a equipamentos em funcionamento e obras concluídas a débito de reserva especial.

**DESTINAÇÃO DO RESULTADO
LIQUIDO**

O líquido das operações do exercício foi de Cr\$ 326 607 837 546. Acrescentando-se a essa soma o acerto de frações e a reversão de fundos, provisões, lucros suspensos de exercícios anteriores etc. chega-se ao resultado final de Cr\$ 352 087 728 225, conforme demonstração da conta de Lucros e Perdas.

Por força da Lei n.º 4 287, de 31 de dezembro de 1963, que manda escriturar, em fundo especial, a quantia correspondente aos impostos de que a PETROBRÁS está isenta, dentre eles o Imposto de Renda, reservou-se a importância de Cr\$ 3 500 000 000, equivalente a esse tributo. Deduzida a obrigação legal, ficará à disposição da Assembléia Geral de Acionistas, para que determine sua aplicação, a parcela de Cr\$ 348 587 728 225.

O Conselho de Administração propõe à consideração da magna Assembléia a mesma orientação adotada em exercícios anteriores, para distribuição de dividendos. Dêse modo, os dividendos de 1966 seriam calculados sobre o capital efetiva-

mente integralizado, numa base de 10% para as ações ordinárias e de 15% para as preferenciais, totalizando Cr\$ 35 048 616 700.

Em cumprimento ao disposto no Art. 35 da Lei n.º 2 004, de 3 de outubro de 1953, e no Art. 44 dos Estatutos Sociais, propõe o Conselho de Administração seja a parcela de Cr\$ 23 216 351 464 destinada à participação dos empregados da Empresa no resultado do exercício. Dêste volar, Cr\$ 357 555 164 se destinam a corrigir variação ocorrida no exercício de 1965, a ser referendada pela magna Assembléia.

No que tange ao disposto no Art. 53 dos Estatutos, propõe o Conselho de Administração a parcela de Cr\$ 27 145 000, destinados à gratificação de Diretores e Conselheiros de Administração.

Concluindo, o Conselho de Administração da PETROBRÁS submete à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas a proposta de incorporar a parcela de Cr\$ 87 588 472 424 aos seguintes fundos, ficando a importância de Cr\$ 202 707 142 637 como "Lucro em Suspense":

QUADRO 24

ARRECADAÇÃO DE FUNDOS

(Cr\$ milhões)

ESPECIFICAÇÕES	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Imposto Único s/ lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos (Art. 13, da Lei n.º 2 004)	7 832	834	10	—	—	288
Produto do Imposto de Importação e Consumo s/veículos automóveis, suas peças e acessórios (Art. 14, da Lei n.º 2 004)	581	1 233	240	994	—	3 074
Contribuições especiais (Art. 48, da Lei n.º 2 004)	799	1 766	1 839	2 705	6 160	5 285
Imunidade de Imposto Único (Lei n.º 4 452, de 5-11-64)	—	—	—	8 714	50 688	62 739
TOTAL	9 212	3 833	2 089	12 413	56 848	71 386

Reservas especiais	29 245 290 858
Fundo de Assistência Social	389 375 582
Fundo Garantia de Gastos a Amortizar	57 953 805 984
SOMA	87 588 472 424

O Conselho de Administração julga que a distribuição dos resultados líquidos de 1966, na forma em que foi proposta, consulta os interesses da Empresa, salvaguardando a sua capacidade econômica e financeira.

QUADRO 25

FORMAÇÃO DO RESULTADO

(Cr\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Receita Bruta de Operações	146 293	241 716	452 920	981 837	1 852 208	2 830 505
Custos Totais (exclus. amort.)	104 759	185 427	356 652	781 766	1 595 031	2 461 756
SALDO	41 534	56 289	96 268	200 071	257 177	368 749
Receitas diversas	1 537	6 583	9 163	26 280	21 320	26 553
SOMA	43 071	62 872	105 431	226 351	278 497	395 302
Amortizações	12 373	19 186	40 989	79 408	112 003	68 694
Resultado do Exercício	30 698	43 686	64 442	146 943	166 494	326 608
Reversões de Reservas, Lucros Suspensos e Outras de Exercícios Anteriores	375	9	1 575	1 660	1 482	25 480
Resultado Final do Exercício	31 073	43 695	66 017	148 603	167 976	352 088

QUADRO 26
RECURSOS DA PETROBRÁS
(Cr\$ milhões)

ESPECIFICAÇÕES	1961	%	1962	%	1963	%	1964	%	1965	%	1966	%
Saldo bruto das operações industriais	47 475	72,52	69 266	68,09	123 110	75,21	264 361	80,90	341 491	70,85	501 676	76,81
Lucros não distribuídos do exercício anterior	7 324	11,19	25 621	25,18	35 381	21,61	55 285	16,92	130 334	27,04	120 003	18,37
Dividendos reinvestidos	1 455	2,22	3 011	2,96	3 119	1,90	3 441	1,05	3 980	0,83	22 813	3,50
Total de Recursos Próprios	56 254	85,93	97 898	96,23	161 610	98,72	323 087	98,87	475 805	98,72	644 492	98,68
Arrecadação dos fundos previstos pelos Arts. 13, 14 e 48, da Lei n.º 2 004 - Recursos Fiscais	9 212	14,07	3 837	3,77	2 089	1,28	3 699	1,13	6 160	1,28	8 647	1,32
TOTAL GERAL	65 466	100	101 735	100	163 699	100	326 786	100	481 965	100	653 139	100

QUADRO 27

ANÁLISE FINANCEIRA E
COEFICIENTES
1958/1966

DISCRIMINAÇÃO

- A Imobilizações (Valor Histórico)
- B Depreciações e Amortizações
- C Imobilizações (Valor Líquido) (A - B)
- D Outros Valores Imobilizados
- E Ativo Imobilizado (C + D)
- F Valores de Exploração
- G Valores Realizados a Curto Prazo e Disponibilidades
- H Valores Realizados a Longo Prazo
- I Ativo Circulante (F + G + H)
- J Ativo Pendente
- L Ativo Total (E + I + J)
- M Capitais Próprios e Reservas
- N Fundos de Renovação e de Financiamento e Provisões
- O Débitos a Longo Prazo
- P Débitos a Curto Prazo
- Q Passivo Pendente
- R Passivo Total (M + N + O + P + Q)
- S Capital de Giro Próprio (I-H-P)
- T Faturamento
- U Resultados Líquidos

1. Liquidez comum	$\frac{I - H}{P + G}$
2. Liquidez Sêco	$\frac{P}{L - J}$
3. Solvabilidade	$\frac{O + P}{I}$
4. Capitais Circulantes	$\frac{L}{T}$
5. Rotação do Ativo Circulante	$\frac{I}{M + N + O}$
6. Financiamento do Ativo Imobilizado	$\frac{E}{100 \times U}$
7. Margem Líquida	$\frac{T}{100 \times U}$
8. Rentabilidade	$\frac{M + N}{I - H}$

1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Cr\$ milhões								
15 267	24 649	44 232	60 510	82 420	126 152	207 105	378 620	612 793
(-) 1 589	(-) 2 774	(-) 4 506	(-) 4 978	(-) 7 488	(-) 11 698	(-) 22 915	(-) 35 438	(-) 110 560
13 678	21 875	39 726	55 532	74 932	114 454	184 190	343 182	502 233
14	13	32	170	247	251	1 444	4 548	5 707
13 692	21 888	39 758	55 702	75 179	114 705	185 634	347 730	507 940
5 796	8 983	12 166	19 445	33 644	62 927	147 975	214 354	281 079
11 419	20 359	26 340	57 669	80 174	126 065	294 465	412 590	448 404
4	9	103	171	520	619	2 852	3 576	5 264
17 219	29 351	38 609	77 285	114 338	189 611	445 292	630 520	734 747
1 365	2 555	3 887	4 798	7 057	12 076	72 069	60 448	59 331
32 276	53 794	82 254	137 785	196 574	316 392	702 989	1 038 698	1 302 018
21 424	36 521	54 988	56 407	79 488	130 439	244 991	521 221	690 142
1 681	3 334	5 944	23 128	48 217	67 945	105 099	64 721	97 243
3 005	3 804	5 463	11 180	13 734	22 675	56 876	53 933	46 458
6 027	9 666	14 975	41 159	52 505	87 323	265 868	383 070	419 953
139	469	884	5 911	2 630	8 010	30 155	15 753	48 222
32 276	53 794	82 254	137 785	196 574	316 392	702 989	1 038 698	1 302 018
11 188	19 676	23 531	35 955	61 313	101 669	176 572	243 874	309 530
24 870	41 546	54 276	146 230	241 716	452 920	981 837	1 852 208	2 830 505
5 387	9 477	10 719	30 698	43 686	64 442	146 943	166 495	326 608

COEFICIENTES								
2,86	3,04	2,57	1,87	2,17	2,17	1,66	1,64	1,74
1,89	2,11	1,76	1,40	1,53	1,44	1,11	1,08	1,07
3,42	3,80	3,83	2,54	2,86	2,77	1,95	2,24	2,66
0,53	0,55	0,47	0,56	0,58	0,60	0,63	0,61	0,56
1,44	1,42	1,41	1,89	2,11	1,27	2,20	2,94	3,85
1,91	1,99	1,67	1,63	1,88	1,93	2,19	1,84	1,64
21,66%	22,81%	19,75%	20,99%	18,07%	14,23%	15,14%	8,99%	11,54%
23,32%	23,78%	17,59%	38,60%	34,21%	32,48%	42,60%	28,41%	41,48%

CONCLUSÃO

Srs. Acionistas

O Relatório que ora submetemos à apreciação da Assembléia Geral traduz os resultados alcançados pela Empresa em mais um ano de execução de suas atividades, bem como evidencia a contribuição da PETROBRÁS para a emancipação e o desenvolvimento da economia nacional.

As informações nêle contidas mostram, ainda, que mais um passo foi dado para melhor colimar os objetivos definidos na Lei n.º 2 004, de 3 de outubro de 1953.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1967

ADOLPHO ROCA DIEGUEZ
Diretor
no exercício da Presidência

GEONÍSIO CARVALHO BARROSO
Diretor

LEOPOLDO AMÉRICO MIGUEZ
DE MELLO
Diretor

MANOEL DA COSTA SANTOS
Conselheiro

JOSÉ BAPTISTA PEREIRA
Conselheiro

SYLVIO FRÓES ABREU
Conselheiro

13

ANEXOS

PARECER DOS AUDITORES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Sr.
Dr. Irnack Carvalho do Amaral
DD. Presidente da
Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás
Rio de Janeiro — GB.

(Transcrito de Ata lavrada em 1.º e
2/2/1967)

Examinamos o Balanço Geral da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, levantado com data de 31 de dezembro de 1966, e a correspondente Demonstração de Lucros e Perdas referente ao exercício findo naquela data, consolidando as operações contabilizadas na Administração Central e nas Unidades de operações descentralizadas.

Nosso exame foi efetuado de acôrdo com padrões de auditoria geralmente aceitos, incluindo provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o referido Balanço Geral e a correspondente Demonstração de Lucros e Perdas foram corretamente levantados e bem representam a posição da Sociedade em 31 de dezembro de 1966, e o resultado de suas operações no período findo naquela data, de acôrdo com os preceitos de contabilidade geralmente aceitos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1967

BOUCINHAS & CAMPOS
Contadores Públicos Certificados I.C.P.S.P.
José da Costa Boucinhas - C.P.C.
Contador - CRC. Sp. IS 10
Diretor

“O Conselho Fiscal recomenda à Assembléia Geral Ordinária, a aprovação do Relatório do Conselho de Administração, do Balanço Geral e da Demonstração de Lucros e Perdas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1966. Ressalta o incremento das vendas, comparativamente com o exercício anterior — Cr\$ 1 852 208 242 055 para Cr\$ 2 830 505 379 579 bem como o dos investimentos — Cr\$ 383 168 295 408 para Cr\$ 618 500 538 148 onde, o acréscimo de 1966 — Cr\$ 235 332 242 740, corresponde a mais de 3/5 de todos os investimentos realizados desde a fundação da Empresa, em 1954”.

ÁLVARO DE SOUZA LIMA
Presidente

VICENTE ASSUMPÇÃO
Conselheiro

ANTÔNIO AUGUSTO GASPAR
Conselheiro

LÉO DA ROCHA LIMA
Conselheiro

GERALDO DE LA ROCQUE
Conselheiro

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1966

INSCRIÇÃO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES N.º 33.000.167

	ATIVO	PARCIAL	TOTAL	PASSIVO	PARCIAL	TOTAL
IMOBILIZADO						
IMÓVEIS	56.237.257.621					
EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES DE OPERAÇÃO	87.461.387.470					
EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES DE UTILIDADES	37.134.713.338					
EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES DE ARMAZ. E TRANSFERÊNCIA	93.218.862.289					
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE GERAL	17.585.844.543					
EQUIPAMENTO AUXILIAR	22.104.011.443					
OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO	240.710.669.338					
DIREITOS E CONCESSÕES	2.892.349.162					
JAZIDAS DE PETRÓLEO	396.391.214					
DEPÓSITOS E CAUÇÕES PERMANENTES	4.171.962					
PARTICIPAÇÕES COMPU.SÓRIAS	2.818.428.984					
PATENTES DE INVENÇÃO E OUTROS VALORES	2.644.800					
GASTOS A AMORTIZAR	57.953.805.984		618.500.538.148			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
DEVEDORES DIVERSOS	403.762.308					
DEVEDORES P/ FINANCIAMENTOS	2.638.076.352					
ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - C/ALMEIA	1.064.728					
ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - C/ALMEIA	2.201.000.848					
BNDE C/VINC. COM. MAR. MERCANTE - LEI 3381, DE 24.4.58-	1.070.675.038		6.334.579.274			
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO						
ALMOXARIFADOS E ARMAZENS	146.306.307.564					
DEPÓSITOS DE PRODUTOS	45.987.403.784					
MATÉRIAS-PRIMAS	26.140.539.437					
CONTAS CORRENTES	38.526.323.305					
AGÊNCIAS ARRECADADORAS	13.177.999					
ADIANTAMENTOS E FINANCIAMENTOS	20.179.856.419					
PRODUTOS, ENCOMENDAS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO	11.881.257.482					
SUBSCRITORES DE OBRIGAÇÕES	169.632.111					
AFREITADORES, DISTRIBUIDORES E CONSUMIDORES	253.981.467.447					
CRÉDITOS ABERTOS NO EXTERIOR	19.882.498.792					
VALORES A RECEBER	983.160.334					
VALORES EM TRÂNSITO	902.122.265					
MATERIAL EM TRÂNSITO	50.364.674.948					
BANÇOS C/ OPERAÇÕES DE CÂMBIO	54.952.246.658					
ANIMAIS DE CRIAÇÃO E ABATE	21.207.000					
ESTADO DA BAHIA - C/ CONVÊNIO	1.629.252.797					
TÍTULOS PÚBLICOS E PARTICULARES	286.734.500		672.209.862.842			
DISPONÍVEL						
CAIXA	7.537.186.926					
BANÇOS C/ MOVIMENTO	40.796.612.303					
VALORES EM OUTRAS ESPÉCIES	12.715.618					
ORDENS DE TRANSFERÊNCIA EM TRÂNSITO	2.351.792.530					
CHEQUES E ORDENS EMITIDOS	6.574.871.722		57.273.179.099			
PENDENTE						
DESPESAS ANTECIPADAS	6.269.975.766					
TESOURO NACIONAL - C/ VARIAÇÕES PEND. DE APROVAÇÃO	55.459.008					
SINISTROS E AVARIAS DENUNCIADOS	107.283.511					
DIFERENÇAS DE CÂMBIO NEGATIVAS A LIQUIDAR	21.803.790.467					
VALORES VINCULADOS	21.019.009.767					
VALORES DIVERSOS	10.075.236.665		59.330.755.184			
COMPENSADO						
AÇÕES EM CAUÇÃO	1.750.000					
OUTROS VALORES COMPENSADOS	1.030.431.784.800		1.030.433.534.800			
			2.444.082.449.347			
NÃO EXIGÍVEL						
CAPITAL E RESERVAS						
CAPITAL						
CAPITAL EM AÇÕES ORDINÁRIAS	348.000.000.000					
CAPITAL EM AÇÕES PREFERENCIAIS	334.027.666.000					
CAPITAL EM AÇÕES PREFERENCIAIS	10.972.334.000					
RESERVAS	234.284.033.369					
LEI 4297, DE 3.12.66	5.374.933.440					
RESERVAS ESPECIAIS	133.350.905.648					
FUNDO. RENOV. MARINHA MERCANTE						
LEI 3381, DE 24.4.58	12.488.022.115					
FUNDO ESP. ENSINO TEIN. PORT. MEC. 22	2.708.753.182					
FUNDO DE AMORTIZAÇÃO	57.953.805.984					
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000.000.000					
FUNDO DE RENOV. SOCIAL	21.407.613.000					
LUCROS EM SUSPENSO						
PROVISÕES						
PROVISÃO P/ DEPRECIACÃO	40.882.062.546					
PROVISÃO P/ IMPOSTOS E TAXAS	760.893.796					
PROVISÃO P/ ENCARGOS SOCIAIS	35.344.810.025					
PROVISÃO P/ LIQUID. CRED. EXTERIOR	34.602.956.196					
OUTRAS PROVISÕES	5.433.114.460					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
EMPRÉSTIMOS P/ OBRIGAÇÕES						
CRÉDITOS P/ FINANCIAMENTOS						
TÍTULOS A PAGAR						
DEPÓSITOS DE TERCEIROS EM GARANTIA						
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO						
CONTAS A PAGAR	188.233.856.291					
CONTAS CORRENTES	45.876.729.639					
FORNecedores	89.759.675.065					
EMPREGADOS E CONTRATANTES	18.906.588.058					
DEPÓSITOS DE TERCEIROS EM GARANTIA	12.080.897.976					
SALÁRIOS E PARTICIPAÇÕES N/ RECLAMADOS	366.189.514					
DIVIDENDOS N/ RECLAMADOS	4.097.360.490					
DIVIDENDOS PENDENTES DE APROVAÇÃO - P/CNP	1.269.192.048					
DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	35.048.616.700					
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA	23.243.496.464					
AÇÃOISTAS C/ AUMENTO CAPITAL A CLASSIFICAR	927.812.883					
CNP - C/ FUNDO INST. AUMENTO OLEO COMBUSTÍVEL	92.500.343					
CONTRIBUIÇÕES P/ FUNDO FRET - C/ RES. 1/58 CNP	50.877.304					
PENDENTES						
RENDAS ANTECIPADAS	80.760.991					
DIFERENÇAS DE CÂMBIO POSITIVAS A LIQUIDAR	2.506.691.862					
DEF. TERC. P/ RECURSOS - ART. 9 - C/ RES. 3/57 CNP	12.484.365					
RELAÇÕES INTERDEPARTAMENTAIS EM TRÂNSITO	43.840.116.138					
VALORES DIVERSOS	1.781.943.655					
COMPENSADO						
CAUÇÃO DA DIRETORIA	1.750.000					
OUTROS VALORES COMPENSADOS	1.030.431.784.800					
			1,030,433,534,800			
			2,444,082,449,347			

RIO DE JANEIRO, 2 DE FEVEREIRO DE 1967

MANOEL DA COSTA SANTOS - CONSELHEIRO
A) JOSÉ BAPTISTA PEREIRA - CONSELHEIRO
A) SYLVIO FROES ABREU - CONSELHEIRO

A) ADOLPHO ROCA DIEGUEZ - DIRETOR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
A) LEOPOLDO AMÉRICO MIGUEZ DE MELLO - DIRETOR
A) GEONISIO CARVALHO BARROSO - DIRETOR

A) JORGE NASCIMENTO DE CASTRO - CHEFE DO SERVIÇO FINANCEIRO
CONTRADOR CRC-GB Nº 2892

ÍNDICE

	APRESENTAÇÃO	5
1	INTRODUÇÃO	7
2	ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO DO IMPÓSTO ÚNICO	11
3	BALANÇO ENERGÉTICO	13
4	MERCADO NACIONAL DE PETRÓLEO E DERIVADOS	17
5	LIBERAÇÃO DE DIVISAS	21
6	INVESTIMENTOS	25
7	EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	27
8	REFINAÇÃO, PETROQUÍMICA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO	35
9	TRANSPORTE	43
10	ATIVIDADES COMERCIAIS	47
11	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	57
12	RESULTADOS FINANCEIROS DO EXERCÍCIO	61
	CONCLUSÃO	68
13	ANEXOS	69

